

# Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 10

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacote econômico e vetos marcam semana decisiva no Congresso..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo afrouxa fiscalização de fundos de pensão e dificulta punição por ilícitos  
..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Consumidores ganharão com a reforma tributária (Artigo)..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Menos gastos públicos, mais crescimento - HENRIQUE MEIRELLES..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Selic em um dígito não deve se materializar"..... 11

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária não é pretexto para aumento de ICMS nos estados (Editorial)..... 13

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso é reprovado por 35% das pessoas, diz Datafolha..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

2024 será "desafiador" para Brasil, prevê Banco Mundial..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma abre brecha para criação de taxas municipais de vigilância..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dinheiro acaba, e governo tenta recriar taxa do Dpvat..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso quer mais emendas e dificulta aumento das receitas (Editorial)..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Estamos a caminho de uma crise de crédito nas companhias abertas"..... 23

FOLHA ONLINE - SP - BANCO CENTRAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aumento do ritmo de corte da Selic volta ao radar do mercado..... 25

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em semana decisiva no Congresso, Haddad intensifica articulação para aprovar medidas que elevam receita em R\$ 47 bi  
..... 27

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**BC se reúne nesta semana e deve reduzir juro para o menor patamar desde março de 2022** ..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

**Milei assume, diz que "não há dinheiro" e promete um "choque" na economia**..... 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Surpresas positivas no PIB não decorrem de reformas (Artigo)**..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**"É preciso dar um pouco mais de realismo ao discurso fiscal"** ..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

**PT conclui texto com críticas ao ajuste fiscal de Haddad**..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

**Próximos passos do Copom para Selic dividem mercado**..... 36

# Pacote econômico e vetos marcam semana decisiva no Congresso

Brasília

/  
Plínio Aguiar, do R7, em Brasília

O governo corre contra o tempo para aprovar e resolver pendências econômicas que impulsionam a arrecadação federal. Há a previsão de votação de diferentes projetos e vetos nesta semana no Congresso Nacional, entre elas a medida provisória que altera as regras de subvenção do ICMS e o projeto de lei das apostas esportivas. Os textos foram enviados pelo Ministério da Fazenda em agosto, e os parlamentares entram em recesso no próximo dia 22.

Na tentativa de aparar as arestas e garantir uma sólida aprovação, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não compareceu à Cúpula do Mercosul, realizada na última semana no Rio de Janeiro, para priorizar reuniões com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e tratar do tema econômico, entre outros assuntos.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

Para o fim de ano, Haddad considera como prioritária a aprovação de um pacote de medidas: taxaço de offshore, que altera regras de subvenção do ICMS, Lei de Diretrizes Orçamentárias, as apostas esportivas e a **reforma tributária**. O primeiro projeto já foi aprovado pela Câmara e pelo Senado e aguarda sanção presidencial.

O projeto de lei das apostas esportivas, cuja previsão é ser analisado nesta terça-feira (12) no Senado, já foi aprovado pelos deputados. Pelo texto, serão taxadas apostas esportivas virtuais, jogos de azar, casas de apostas, cassinos online e os próprios apostadores. Para funcionar, os operadores deverão pedir autorização à Fazenda, com outorga que pode custar até R\$ 30 milhões para explorar a atividade por três anos.

A taxaço deve ocorrer nos moldes do que foi proposto pelo governo: 18% sobre o faturamento bruto das empresas e 30% de Imposto de Renda sobre os ganhos de cada aposta. Haddad argumenta que a arrecadação anual com as apostas pode chegar a R\$ 12 bilhões por ano. Agora, falta a aprovação do Senado.

Outro tema considerado relevante pela equipe econômica é a aprovação da MP que altera regras de subvenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Na prática, a medida limita a transferência de recursos pelas empresas para reduzir a base de cálculo do pagamento dos **impostos** federais.

A estimativa de arrecadação, nesse caso, é de R\$ 35 bilhões em 2024. Outro destaque, inserido na MP das subvenções, é a mudança de regra dos juros sobre capital próprio (JCP). O governo tenta acordo nesse tema.

Diante da baixa adesão do Congresso à MP, Haddad admitiu mudanças. "Estamos concordando em dar um desconto sobre R\$ 90 bilhões, de condenação pelo Superior Tribunal de Justiça, de praticamente todas as empresas, e estamos calibrando a subvenção a investimento, mas investimento real, não presumido. Tem que demonstrar que houve investimento concreto para que a União possa participar", disse.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 deve ser apreciado pela Comissão Mista de Orçamento nesta quarta (13). A LDO baliza a Lei Orçamentária Anual (LOA), que é o Orçamento da União. A matéria prevê metas e prioridades do governo, despesas de capital para o ano seguinte, alterações na **legislação tributária** e política de aplicação nas **agências financeiras de fomento**.

Como mostrou o R7, o relator da LDO propôs um cronograma de pagamento das emendas parlamentares impositivas, o que na prática fortalece o Congresso Nacional ao retirar do governo federal o controle do momento em que essas verbas são gastas.

O calendário dá o prazo de até 15 dias após o início do ano legislativo para que se cadastrem projetos,

com tempo de análise de até 120 dias. Caso não haja nenhuma divergência, o valor da emenda precisa ser empenhado (ou seja, reservado) em até 30 dias. Já o prazo para pagamento é até o fim do ano.

A Câmara dos Deputados pretende votar nesta semana a **reforma tributária**. Durante a discussão do tema no Senado, o número de produtos e serviços que podem ter tratamento favorecido foi ampliado para 42, ante 33 exceções impostas pelos deputados. Os parlamentares avaliam essas mudanças. A intenção dos presidentes Arthur Lira e Rodrigo Pacheco é que o texto seja promulgado ainda em 2023.

Caso seja aprovada em 2023 no Congresso Nacional, é somente no próximo ano que ocorrerão as votações de leis complementares que vão regulamentar a reforma. A definição das alíquotas, itens a serem incluídos na cesta básica para receberem a isenção total e produtos que terão imposto seletivo aplicado são temas que ainda precisarão ser resolvidos.

A infraestrutura do novo sistema deve ser montada em 2025. A partir de 2026, começa a transição de **impostos** até 2033, quando sobrarão apenas os novos **impostos** previstos na reforma: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo.

O Congresso Nacional deve analisar, nesta quinta (14), o veto presidencial à desoneração da folha. A expectativa é de reversão da decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de barrar a prorrogação da medida. Na pauta da mesma sessão estão os vetos ao marco temporal das terras indígenas, às novas regras do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e ao arcabouço fiscal.

Em relação ao projeto da desoneração, a ala governista tenta incluir a discussão da medida somente na segunda etapa da **reforma tributária**. A indicação por parte da maioria dos parlamentares é a de manter o movimento pela derrubada do veto integral ao projeto, por avaliar que não há tempo hábil para analisar uma nova proposta do zero até o fim do ano.

Nos bastidores, a equipe econômica já planeja alternativas à desoneração, por prever a derrubada do veto. Por isso, a Fazenda considera essencial para manter as metas fiscais a aprovação da MP das subvenções, que limita a transferência de recursos do ICMS pelas empresas, para reduzir a base de cálculo do pagamento dos **impostos** federais.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/pacote-economico-e-vetos-marcam-semana-decisiva-no-congresso-11122023>

# Governo afrouxa fiscalização de fundos de pensão e dificulta punição por ilícitos

**GUSTAVO CÔRTEZ**

Publicada em agosto, a Resolução n.º 23 da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc), órgão ligado ao Ministério da Previdência, reduz as possibilidades de penalização administrativa contra gestores de fundos de pensão acusados de irregularidades.

A redação estabelece como "ato regular de gestão" qualquer medida tomada "de boa fé".

Na prática, é preciso agora comprovar que investimentos lesivos às finanças dos beneficiários foram feitos com a intenção de prejudicá-los.

O órgão afirmou que a norma visa assegurar "atuação garantista e republicana" e segue manual de melhores práticas de entidades internacionais. Danilo Martins, ex-procurador-chefe da Previc e autor da resolução, não se manifestou, alegando que há um processo administrativo em curso. Críticos disseram, porém, que a resolução é uma blindagem após a Operação Greenfield, que investigou desvios nos fundos de pensão.

Em depoimento à Corregedoria da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão vinculado à Advocacia Geral da União (AGU), procuradores da autarquia apontaram ilegalidades no texto e o descumprimento de trâmites burocráticos para aprová-lo na diretoria colegiada. Disseram ainda ter sofrido pressão de superior para antecipar conclusões técnicas sobre o tema.

As queixas foram apresentadas em uma investigação da PGF que culminou no afastamento cautelar de Martins da chefia da procuradoria da Previc e na abertura de processo administrativo disciplinar. Ele havia sido nomeado pelo ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, em abril deste ano e teve sua dispensa publicada no Diário Oficial da União em novembro.

A Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe) afirmou que integrantes da categoria "não são responsáveis pelos atos praticados pelos gestores públicos, conforme se verifica de inúmeras decisões judiciais e administrativas proferidas nesse sentido".

**BENEFICIADOS.** Duas semanas após a resolução entrar em vigor, 34 ex-gestores dos fundos de pensão da Petrobras e da Vale denunciados pelo Ministério Público Federal por gestão temerária pediram o adiamento do julgamento de autos de infração a que respondem na Câmara de Recursos da **Previdência Complementar**. Alegam que a nova regra deve ser aplicada retroativamente a eles. Entre os autuados, 15 foram alvo da Operação Greenfield, que apurou desvios em fundos de pensão.

Os casos deles dizem respeito a aplicações de capital feitas no Fundo de Investimento em Participações (FIP) Sondas, criado em 2011 no governo da ex-presidente Dilma Rousseff para investir na Sete Brasil, estatal incumbida de fabricar equipamentos para a exploração de petróleo do pré-sal. De acordo com o MPF, os investimentos na Sete causaram prejuízo de R\$ 5,5 bilhões aos fundos de pensão.

O relatório de uma CPI realizada em 2015 na Câmara dos Deputados indica que a Petros autorizou aporte no FIP Sondas sem submeter a proposta à sua assessoria de planejamento e investimentos.

A diretoria executiva aprovou a alocação de R\$ 350 milhões no ativo, que não se converteram em retornos para os aposentados da Petrobras.

No julgamento da diretoria colegiada, a primeira instância da Previc, 15 diretores foram multados e inabilitados pelo período de 2 a 4 anos. Membros de conselhos deliberativos e de comitês de investimentos sofreram multas. Agora, o pedido dos réus foi tema da análise da Consultoria Jurídica do Ministério da **Previdência Social**, que alegou, em parecer, não haver na resolução a "tentativa de se criar excludentes de ilicitude", mas determinou mudanças na redação original.

No fim de novembro, foi publicada uma retificação, segundo a qual o artigo 230, que trata do ato regular de gestão, "não se aplica retroativamente aos processos em curso".

**DIREÇÃO.** A resolução também pode ter impacto em processos que envolvem membros da cúpula da Previc. Os diretores de Normas, Alcinei Rodrigues, e de Fiscalização, João Paulo de Souza, foram autuados pela autarquia por atos cometidos quando estavam à

frente de fundos de pensão. O primeiro no no Petros e no Funcef, o fundo de pensão de funcionários da Caixa. O segundo responde a processo por colocar em risco o pagamento a beneficiários do fundo de aposentadoria CELOS.

Segundo os servidores, Martins atuou para pular procedimentos de análise de mérito sobre a resolução. Ele teria impedido que uma minuta passasse pelo escrutínio da Coordenação de Normas, cujo chefe, o procurador Elthon Baier Nunes, havia manifestado ressalvas quanto à legalidade do texto. De acordo com os relatos, o então procurador-chefe avocou para si a tarefa, apesar de colegas o alertarem que, como formulador da proposta, ele não deveria também ser o seu avalista. Martins justificou o ato pela urgência de aprovação da norma, dizendo se tratar de um pedido direto do diretor superintendente, Ricardo Pena. As cobranças por celeridade em procedimentos internos eram feitas em reuniões presenciais e em um grupo de WhatsApp em que procuradores debatiam questões do trabalho.

Nos depoimentos, procuradores afirmam que a resolução exige gestores de responsabilidade por gestão temerária e ultrapassa os limites legais de atuação do órgão ao alterar normas de competência do Conselho Nacional de **Previdência Complementar** (CNPc). A Previc, na condição fiscalizadora do mercado, dizem, tem autonomia só para formular instruções que disciplinam regras já existentes, mas não para criá-las.

Uma nota técnica dispensou a produção de análise de impacto regulatório, estudo que prevê possíveis efeitos de novas medidas no mercado. A justificativa foi de que o texto só consolidava normas já estabelecidas pelo CNPC. A Corregedoria da PGF refutou esta versão com o argumento de que a resolução prevê inovações legislativas e apontou a falta de estudos técnicos.

Outra irregularidade apontada pelos servidores foi a falta de consulta pública ampla. A Previc enviou ofícios a seis associações de **Previdência complementar** com pedidos de sugestões.

O prazo para as contribuições foi de apenas cinco dias. Segundo os corregedores, não há registro de nenhuma.

TÉCNICA. Procurada, a autarquia afirmou que "a atuação técnica, republicana e garantista da atual gestão da Previc tem gerado reações de parcela dos servidores, responsáveis pela atuação policial e persecutória verificada em governos anteriores, que ignoram o relevante papel orientativo e preventivo da supervisão baseada em riscos".

O presidente da Unafisco, Kleber Cabral, disse que o discurso é uma tentativa de obter apoio do Palácio do Planalto à flexibilização de normas. "Está havendo uma tentativa de se fazer analogia entre as fiscalizações da Previc e excessos da Lava Jato.

Para a fiscalização, a responsabilidade dos gestores é objetiva.

Só se apura se atos de gestão comprometem a higidez do fundo.

Quem comprova se houve crime ou não é o Ministério Público." Ele disse que auditores da Receita cedidos à Previc demonstraram intenção de deixar seus postos no órgão por desconforto com a nova gestão.

A AGU confirmou a abertura de processo contra Martins e disse que não pode divulgar detalhes até a conclusão. O Tribunal de Contas da União enviou ofício ao secretário executivo do Ministério da **Previdência Social**, Wolney Queiroz, pedindo acesso ao parecer da Pasta.

\*

Retroativo Defesa de 34 ex-gestores de fundos da Petrobras e da Vale querem usar a medida no caso FIP Sondas

\*

Ex-procurador-chefe da Previc é acusado de "arbitragem privada"

O ex-procurador-chefe da Previc Danilo Martins é investigado por prática de arbitragem privada a favor de um fundo de pensão em um litígio que tramita na entidade. Uma denúncia feita à Advocacia-Geral da União (AGU) o acusa de se aproveitar do cargo para intermediar reuniões entre o corpo de procuradores do órgão e a advogada Ana Paula Raeffray, sua sócia na empresa Cames, especializada em mediação e arbitragem e que representava a Fundação Itaúsa em um caso de R\$ 1 bilhão.

Em nota, ela afirma não ter participação no processo contra Martins nem conhecer o conteúdo da denúncia. A AGU achou o registro de audiência por teleconferência de Ana Paula e do diretor executivo da Fundação Itaúsa, Herbert Andrade, com integrantes da Previc na presença de Martins.

Segundo a ata, a reunião em junho tinha como objetivo discutir interpretações de uma resolução que estabelece regras para a reversão de valores para patrocinadores de fundos de pensão. Procurada, a

fundação informou que contratou o escritório Raeffray Brugioni Advogados para a prestação de "serviços jurídicos generalistas" no caso.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br>

# Consumidores ganharão com a reforma tributária (Artigo)

**Arnaldo Marques de Oliveira Neto**

Arnaldo Marques de Oliveira Neto,

PhD em Administração de Empresas, consultor empresarial, coordenador do MBA em Gestão Financeira e Econômica de **Tributos** da FGV, professor convidado em MBA da FGV, USP/Esalq e Unicamp.

Discute-se, há anos, a respeito de uma **reforma tributária** abrangente no país. Eis que, finalmente, estamos diante de uma Proposta de Emenda Constitucional que visa reformular a tributação sobre o consumo, substituindo os atuais **tributos**, que são repassados no preço por indústrias, atacadistas, varejistas e prestadoras de serviços aos consumidores finais: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), - Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição ao Financiamento da **Seguridade Social** (da União, Cofins), -Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (dos Estados e Distrito Federal, ICMS) e Imposto sobre Serviços (dos municípios e Distrito Federal, ISS), por dois novos **tributos**: Contribuição sobre Bens e Serviços (da União, CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (dos Estados, Distrito Federal e municípios, IBS).

A CBS e o IBS terão legislação harmonizada e semelhante em todo o território nacional, base de incidência ampla (sobre bens, mercadorias, serviços e direitos que existam ou que venham a existir), tributação no destino (no local onde produtos, mercadorias e serviços sejam consumidos), cobrança por fora (não incidirão sobre si mesmo e sobre o outro), não cumulatividade plena (direito de compensação do montante cobrado em todas as aquisições de bens, mercadorias, serviços e direitos, que concorram para a atividade econômica da empresa, inclusive, para sua área administrativa), com o montante devido em suas operações).

Realizamos uma simulação dos efeitos nos preços e na carga tributária numa cadeia produtiva hipotética, composta por indústrias, atacadistas e varejistas, considerando que o preço praticado por seus integrantes seria resultado do somatório de: custo, despesa, margem e **tributos**, tanto no cenário com os **tributos** atuais, quanto no cenário com, apenas, a CBS e o IBS.

Para tanto, consideramos as alíquotas atuais (previstas na legislação) e as efetivas (após a realização do cálculo "por dentro", no qual os **tributos** se tributam e tributam os outros). Assim, utilizamos as seguintes alíquotas: PIS/Cofins:

9,25% (efetiva: 10,19%), ICMS: 18% (efetiva: 24,19%), IPI: 10% (efetiva: 13,44%), bem como a alíquota de referência da CBS/IBS: 27%, sendo que, no caso destes últimos, não haveria se falar em cálculo por dentro, sendo a alíquota efetiva igual àquela prevista na legislação.

Também consideramos como premissa, no cenário atual, que cerca de 50% dos demais custos e despesas que compõem o preço do produto gerariam créditos de PIS/Cofins e que no cenário onde haveria apenas CBS/IBS, este percentual subiria para 90%, dada à anunciada não cumulatividade plena (haveria custos e despesas que seriam considerados como de uso e consumo e, que, portanto, não gerariam créditos fiscais). Por último, que os valores da margem de cada integrante da cadeia produtiva se manteriam os mesmos (em reais), tanto no cenário atual, quanto no cenário apenas com CBS/IBS. Adicionalmente, consideramos, quando da formação do preço, o custo da matéria-prima, líquido de todos os **tributos** recuperáveis (ou seja, dos **tributos** que gerariam créditos fiscais nas aquisições de bens e nas contratações de serviços).

Como resultado da referida simulação, constatamos que haveria uma redução da carga tributária, na cadeia produtiva, da ordem de 45% e de cerca de 20% no valor pago pelo consumidor final (assumindo que a redução da carga tributária seria repassada nos preços de todos os integrantes da cadeia produtiva), quando comparamos os números constantes do cenário atual, com aqueles do cenário apenas com CBS/IBS.

Notamos que a redução nos preços não seria da mesma magnitude da redução da carga tributária, especialmente porque os efeitos da não cumulatividade plena sobre os custos e despesas, cujos valores - líquidos dos **tributos** recuperáveis - seriam considerados na formação dos preços de venda de cada um dos integrantes da cadeia produtiva são diferentes, provocados pela não cumulatividade

hoje prevista na legislação, com regramentos distintos entre os atuais **tributos** e com restrições em relação à possibilidade de apropriação de créditos fiscais - consideradas relevantes - e que provocam o que chamamos de resíduos tributários ao longo da cadeia produtiva (**tributos** que são repassados no preço, de maneira não explícita, por estarem contaminando o custo de todos os integrantes da cadeia produtiva.

Evidente que trabalhamos com premissas que poderão variar de cadeia produtiva para cadeia produtiva, em função de suas peculiares operacionais, bem como de algum regime diferenciado a que esteja sujeita, como por exemplo, redução da alíquota dos **tributos** atuais e da alíquota de referência dos novos **tributos**. De qualquer modo, a tendência é que os bens e mercadorias sofram redução de preço para o consumidor final, obviamente que se a redução da carga tributária for repassada, em cada etapa de circulação das mercadorias entre os seus integrantes.

Portanto, pelas simulações que temos realizado, é provável que os consumidores finais ganhem ao comprarem bens e mercadorias e percam quando tomarem serviços (o aumento da carga tributária e dos preços dos serviços poderão ser tema de um outro artigo de nossa autoria). Entretanto, é de se imaginar que, no conjunto da obra, toda a economia venha a ganhar com a reforma, se compararmos o novo cenário, apenas, com a CBS e o IBS, com o cenário atual.

Infelizmente, continuaremos a repassar nos preços uma carga tributária muito alta (hoje, presume-se que será algo em torno de 27%), se a compararmos com a que é, atualmente, repassada, na grande maioria dos países, em especial, nos da Ásia, cuja alíquota média do IVA (Imposto sobre Valor Adicionado) ronda em torno de 12%.

Há muita água a rolar debaixo da ponte e, certamente que, antes de o sistema tributário nacional melhorar, vai piorar, até que tenhamos apenas os novos **tributos** em vigência.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20231208/>

# Menos gastos públicos, mais crescimento - HENRIQUE MEIRELLES

## **HENRIQUE MEIRELLES**

A economia brasileira está desacelerando, como atesta o resultado do **PIB** divulgado pelo IBGE na semana passada. O crescimento do segundo trimestre foi de 1% e do terceiro de apenas 0,1%, em linha com o que esperavam os analistas.

Os dados indicam que o Brasil crescerá menos no ano que vem. O relatório Focus, do Banco Central, indica um crescimento de 2,8% do **PIB** este ano e de apenas 1,5% em 2024.

Um dos aspectos negativos deste quadro é a possibilidade de o governo gastar mais, com a intenção de melhorar este desempenho e buscar popularidade.

Sabemos que isso não dá certo.

Em vez de pegar um atalho, o Brasil precisa focar em uma política econômica consistente, com responsabilidade fiscal, para garantir um crescimento sustentável nos próximos anos.

As pressões serão fortes. Teremos eleições municipais no ano que vem, o que sempre resulta em mais pedidos por mais gastos públicos, como vemos agora nos passos finais da elaboração do Orçamento. Isso é normal.

Mas não devemos esquecer que um dos ganhos para o país este ano foi o arcabouço fiscal, que, apesar de possibilitar algum aumento de despesas, sinaliza a preocupação do governo em ser responsável na área fiscal.

Foi este compromisso que resgatou a confiança dos mercados e investidores no Brasil. Em seguida veio a **reforma tributária**, que tem pontos controversos que, se não forem corrigidos, podem gerar um resultado pior do que o sistema atual. É uma discussão importante e uma reforma bem feita pode resultar em ganhos de produtividade pela simplificação do sistema.

Neste momento é importante que o Brasil se mantenha no caminho da responsabilidade fiscal e do controle da dívida pública.

O ministro da Fazenda deve insistir no déficit zero para sinalizar a todos este compromisso.

É um caminho mais longo e difícil no começo, mas que dá resultados consistentes. O caminho dos gastos nós conhecemos: resultou na pior recessão da história nacional, entre 2015 e 2016. Em 2016, o teto de gastos colocou um freio no crescimento dos gastos públicos.

Depois de cair mais de 3% por dois anos seguidos (2015 e 2016) quando caiu 5,2% de junho de 2015 a maio de 2016, o **PIB** cresceu 1,8% em 2017, o que resulta num salto de 7 pontos percentuais.

Na ocasião, o controle da despesa ajudou o Banco Central, que conseguiu fazer uma política monetária menos restritiva.

O mesmo pode ocorrer agora. Gastos sob controle criam o ambiente propício para juros menores -que, como sabemos, possibilitam mais investimentos e ajudam no crescimento.

Assim poderemos ter uma expansão do **PIB** acima do 1,5% que o mercado enxerga hoje.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# "Selic em um dígito não deve se materializar"

**RENATO VIEIRA**

ENTREVISTA: Arminio Fraga, Fundador da Gávea Investimentos e do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde; foi presidente do Conselho da B3

Com o início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ano de 2023 começou quente no terreno político, mas terminou com alguns avanços na pauta econômica, como a tramitação da **reforma tributária** no Congresso e a sanção presidencial, com vetos, do arcabouço fiscal defendido pelo ministro da Fazenda Fernando Haddad.

No entanto, na visão de Arminio Fraga, economista, ex-presidente do Banco Central (BC) e sócio da Gávea Investimentos, as ações não foram suficientes para melhorar a economia nacional. Ele avalia, por exemplo, que o Congresso não tem mostrado compromisso com a responsabilidade fiscal.

Como ponto positivo, ele destaca a discussão da **reforma tributária**, uma pauta que vem sendo debatida há décadas, apesar de o texto ter muitas exceções.

Com esses fatores em mente, Fraga diz que um cenário de Selic (a taxa básica de juros) em um dígito provavelmente não vai se materializar em 2024. Na visão dele, a **inflação** está baixa do ponto de vista histórico, mas elevada do ponto de vista dos objetivos do Banco Central.

Além disso, ele reforça que a Bolsa brasileira, que chega no fim de 2023 em patamares que não eram vistos há dois anos, é uma boa opção para quem tem uma visão de longo prazo investir em ações de qualidade.

Como o sr. avalia o primeiro ano do Lula 3?

É importante olhar para o clima geral, pois ele traz um pano de fundo importante. As naturais tensões entre os Poderes vinham em níveis maiores do que o próprio desenho da democracia prevê e, com o 8 de janeiro, a coisa se manteve quente por um tempo. De lá para cá, as coisas se acalmaram.

Alguns temas de grande visibilidade internacional evoluíram positivamente, sobretudo aqueles ligados à

mudança climática.

Houve a aprovação do arcabouço fiscal, que propõe um ajuste relativamente pequeno nas contas públicas - e que, na prática, tudo indica que não vai ser cumprido. Dentro desse capítulo, vigorou durante este ano a noção de déficit zero, que não vai ocorrer. A leitura de que essa é a solução deixa de lado um fato muito simples: o déficit que se pretende zerar é o primário (que desconsidera o pagamento de juros da dívida pública).

Na medida em que se incorpore a conta de juros, o déficit público vai continuar elevado.

Estamos falando de juros reais de 5%, 6% em cima de uma dívida de três quartos do **PIB** e de um crescimento modesto.

Isso significa que a relação dívida-**PIB** deve seguir crescendo, algo não recomendável.

A Selic iniciou uma trajetória de queda, mas o risco fiscal continua no radar e os juros seguem altos nos EUA. O que esperar a partir de janeiro?

Acho que o cenário de Selic em um dígito provavelmente não vai se materializar. Isso não é torcida, é uma leitura realista da situação. Mas alguma queda da Selic no curto prazo parece ser o cenário com o qual o Banco Central (BC) trabalha. Temos uma **inflação** baixa do ponto de vista histórico, mas alta do ponto de vista dos objetivos formais do BC. Fora do Brasil, o momento é muito tenso. Qualquer cenário tem de levar em conta os chamados riscos de cauda. Eu me refiro aos cenários mais extremos: guerras, pandemia e mudança climática e os desentendimentos entre Estados Unidos e China.

A Bolsa brasileira atualmente é atrativa para o investidor?

Vale a pena para quem tem uma visão de longo prazo investir em ações de qualidade.

O Brasil tem excelentes gestores nessa área. É preciso entender também que o mercado não anda em linha reta, ele vai oscilando. Nesse sentido, eu volto ao meu primeiro ponto.

Tem que ter uma estratégia, um horizonte de tempo mais longo e diversificação. É uma boa receita para as pessoas terem um pouco de paz de espírito. Elas vão se sentir melhor assim do que tentando dar grandes tacadas.

No início do ano, o investidor estrangeiro fugia da bolsa por hesitação com o governo Lula. A fuga de capital externo ainda não cessou. Por que o gringo continua cético com o Brasil?

O estrangeiro está, provavelmente, querendo diminuir risco em geral. A Bolsa americana passou por um período de boom extraordinário. A partir da grande crise de 2008, subiu quase em linha reta e depois deu uma chacoalhada.

Os juros dos Estados Unidos aumentaram muito e isso nos impacta também. Se as coisas começarem a piorar lá fora, isso pode se inverter.

Porém, eu me preocupo mais com o fato de não termos uma estratégia de desenvolvimento arrumada.

Qual será o maior desafio para o investidor em 2024?

Sinceramente, é apenas mais um ano no Brasil, com os desafios de sempre. É escolher bem os investimentos, entender que em um dia chove e no outro faz sol.

Portanto, uma boa disciplina de investimento tem que levar isso em conta.

**Notícias Relacionadas:**

O ESTADO DE S. PAULO  
"Selic em um dígito não deve se materializar"

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Reforma tributária não é pretexto para aumento de ICMS nos estados (Editorial)

O ano de 2024 começará com aumento da alíquota básica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em seis estados do Sul e do Sudeste: Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. A justificativa alegada pelos governadores são as regras criadas pela **reforma tributária**, que substituirá o ICMS e o Imposto sobre Serviços (ISS), municipal, pelo futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Para calcular a alíquota do IBS, o texto da reforma usa como referência a arrecadação entre 2024 e 2028. Aumentar o ICMS agora é uma tentativa de aumentar a alíquota que será estipulada para o IBS.

A manobra é compreensível, mas não faz sentido, informa a Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**, comandada por Bernard Appy, principal responsável pelas ideias que a guiam. Em reação a nota dos secretários de Fazenda dos seis estados, a secretaria afirma que o texto da reforma mantém a autonomia dos estados para fixar a alíquota do IBS. Se qualquer governador considerar que a arrecadação, entre 2024 e 2028, não reflete a participação histórica de seu estado na arrecadação do ICMS, poderá elevar a alíquota do IBS. Poderá também esperar até 2029, quando o novo imposto corresponderá a 90% do ICMS, ou até 2033, quando a substituição estará concluída.

A razão mais plausível para o aumento do ICMS é outra: compensar as isenções eleitoreiras concedidas pelo governo anterior nas alíquotas de combustíveis, energia elétrica e comunicações, rubricas que sustentam parte relevante da arrecadação dos estados. No início de dezembro, o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) informou ter divulgado uma pesquisa que calculava a alíquota básica do imposto "para que os estados tenham as mesmas capacidades fiscais de prestar os serviços públicos essenciais às suas populações nos níveis que vinham antes dos recentes ataques às bases de incidência do ICMS". Quer dizer: antes das isenções.

Quando o governo passado fez populismo com o ICMS, não se ouviu tanta crítica. Agora, por motivos políticos, os estados que elevaram a alíquota-padrão do ICMS preferem justificar a medida alegando incertezas criadas pela **reforma tributária**. A Secretaria da Reforma lembra, ainda, que os 17

estados que elevaram o ICMS desde o final de 2022, antes da divulgação do texto da reforma, justificaram a decisão com base na perda de arrecadação causada pelas isenções. O Estado brasileiro é voraz na coleta de **impostos**. Os políticos deveriam aproveitar a **reforma tributária** para, no mínimo, dar transparência às decisões tomadas sobre **tributos**.

#### Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ  
**Reforma tributária** não é pretexto para aumento de ICMS nos estados

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Congresso é reprovado por 35% das pessoas, diz Datafolha

A taxa de pessoas que reprovam o Congresso Nacional é praticamente o dobro daquelas que o aprovam. Enquanto 35% consideram o trabalho de deputados federais e senadores ruim ou péssimo, 18% o avaliam como ótimo ou bom. Outros 43% consideram seu desempenho regular, e 4% não souberam responder ao levantamento.

Os números são da pesquisa Datafolha divulgada no sábado. O instituto ouviu 2.004 pessoas em 135 cidades na última terça-feira. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Os dados são similares aos registrados quase três meses atrás, em setembro. Naquela ocasião, quando perguntadas sobre o desempenho dos congressistas, 16% das pessoas tinha o avaliado como ótimo ou bom, enquanto 33% escolheram a opção ruim ou péssimo, e 48%, regular.

A má avaliação geral é histórica, já que o instituto nunca identificou, desde 1990, aprovação dos deputados federais e senadores acima da reprovação.

A atual legislatura, com forte viés conservador, tem se debruçado especialmente sobre questões econômicas, como o novo arcabouço fiscal e a **Reforma Tributária**, e recentemente tem entrado em conflito com a cúpula do Poder Judiciário, ao limitar o poder das decisões monocráticas na Corte.

A taxa de reprovação dos parlamentares é próxima à dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), também segundo o Datafolha. Há, no entanto, mais brasileiros avaliando o trabalho da Corte como positivo. A desaprovação dos ministros é de 38%, enquanto a aprovação é de 27%. Outros 31% consideram regular o trabalho da Corte.

A imagem do Tribunal, no entanto, piorou no último ano, desde que o Datafolha fez a medição em dezembro de 2022. Naquela ocasião, a avaliação negativa dos ministros era de 31%, empatada com a avaliação positiva.

Desde que o instituto passou a levantar a opinião dos brasileiros sobre o STF, apenas em uma aferição o saldo dos integrantes da Corte esteve positivo perante os entrevistados. Em maio de 2020, início da pandemia de coronavírus -quando o Tribunal deu

respaldo a governadores e prefeitos para implementarem medidas para frear a disseminação da doença, e por isso bateu de frente com o Executivo -, 30% aprovavam seu trabalho, enquanto 26% o reprovavam. A partir de então os índices negativos se mantiveram sempre maiores, senão iguais.

A despeito do crescente envolvimento da Corte no cenário político nas últimas décadas, o Supremo se tornou ator central na disputa ideológica em especial durante o governo de Jair Bolsonaro. Seus integrantes se tornaram alvo de ataques durante manifestações de apoiadores do então presidente e foram até ameaçados, como no caso do ex-deputado federal Daniel Silveira.

No mais tenso episódio na relação entre a Presidência e o Supremo na história recente da República, Bolsonaro chegou a afirmar, no meio de uma manifestação na Avenida Paulista no Dia da Independência em 2021, que deixaria de cumprir ordens vindas do Tribunal. Seus apoiadores traziam faixas, cartazes e até bonecos dos ministros repletos de ofensas.

38% Ruim ou péssimo

Taxa de avaliação negativa sobre desempenho do Supremo é similar à dos congressistas, segundo o Datafolha

27% Ótimo ou bom

Índice de brasileiros que aprova o trabalho do STF é maior do que aqueles que têm avaliação positiva dos deputados e senadores

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# 2024 será "desafiador" para Brasil, prevê Banco Mundial

**Estevão Taiar**

A economia brasileira passou por um ano "muito positivo" em 2023, com recuo da **inflação** e "crescimento surpreendendo positivamente". Mas 2024 promete ser "mais desafiador", por causa das incertezas globais e do enfraquecimento dos fatores que impulsionaram domesticamente a atividade neste ano. A avaliação é de Shireen Mahdi, economista principal para o Brasil do Banco Mundial.

Em prazos mais longos, a **reforma tributária** do consumo e a agenda de combate às mudanças climáticas são fatores que tendem a beneficiar a economia do país, segundo ela. Mesmo assim, Shireen defende que são necessárias outras reformas para elevar a produtividade e o crescimento estrutural do Brasil.

"Em 2024, veremos um crescimento global menor pelo terceiro ano seguido", afirma, chamando atenção para os juros elevados mundialmente, maior "fragmentação" do comércio, "tensões geopolíticas" e dúvidas sobre o desempenho econômico da China. A economista lembra que um crescimento global menor tende a diminuir preços de commodities, o que é "relevante para o Brasil".

Dentro do país também existem "ventos contrários" a uma expansão mais acelerada da atividade. Entre eles, está o crescimento menor previsto para a agropecuária, que em 2023 viveu um "pico" e foi o principal fator que impulsionou o Produto Interno Bruto (**PIB**). Outro é a ausência de reajustes expressivos previstos para o Bolsa Família, que em 2022 (ainda como Auxílio Brasil) e em 2023 "fortaleceram a demanda doméstica". Em relatório divulgado em outubro, o Banco Mundial calculava crescimento de 1,3% do **PIB** para 2024. Já no acumulado em quatro trimestres até setembro deste ano o **PIB** apresentava alta de 3,1%, segundo o IBGE.

Shireen lembra que em 2021, quando chegou ao Brasil para ocupar o seu atual cargo, a **reforma tributária** do consumo já era algo "muito aguardado", que o país estava tentando fazer "há muito tempo". Apesar das mudanças realizadas no Congresso, ela afirma que o "núcleo" da reforma está preservado e tende a "reduzir os custos" das empresas e melhorar "o ambiente de negócios". Ainda no âmbito tributário, a

economista elogia outras medidas apresentadas pelo Ministério da Fazenda, como a taxação de offshores.

"O Brasil tem muito espaço para tornar o seu sistema tributário mais progressivo", diz.

Outro fator positivo de médio prazo é que o governo "está muito focado na agenda climática", tanto no caso das "lideranças" quanto nos "níveis técnicos". "Não apenas na [preservação da] floresta, mas em questões como energia", diz. Ela chama atenção para o Plano de Transformação Ecológica coordenado pelo Ministério da Fazenda, destacando ações como política de hidrogênio verde, marco de regulação de carbono e títulos soberanos sustentáveis.

Mas, apesar dos ganhos esperado com as mudanças tributárias e a agenda climática, a economista alerta para a importância de reformas que aumentem a produtividade e o crescimento estrutural do país. Ela cita a necessidade de "mais competição" dentro do Brasil e de "maior abertura para a economia global", principalmente por meio de acordos comerciais - como o que vem sendo negociado entre Mercosul e União Europeia e o firmado na semana passada entre o bloco e Cingapura.

Também critica as "muitas distorções" do sistema financeiro, como o patamar "ainda muito alto" de crédito direcionado (entre 30% e 40% do total), o que eleva os spreads bancários e dificulta a condução da política monetária. Ainda afirma que o Brasil "precisa fazer muito mais" para melhorar a qualidade da educação.

Sobre 2023, Shireen diz que o crescimento da economia brasileira "surpreendeu positivamente", influenciado por fatores como o desempenho da agropecuária. "Não foram apenas os preços. A [maior] oferta desses produtos também ajudou."

O mercado de trabalho também melhorou desde janeiro, beneficiando "uma base ampla" de homens e mulheres de diferentes faixas etárias.

Além disso, "a **inflação** virou e se estabilizou no Brasil", com enfraquecimento da trajetória de preços não apenas no caso de alimentos, por exemplo, mas também das medidas mais sensíveis à política monetária. Ela credita a queda da **inflação** ao fato de

o Banco Central (BC) do Brasil ter elevado a taxa básica de juros mais cedo do que a grande maioria dos seus pares, "local ou globalmente" - o que por sua vez também permitiu à autoridade monetária brasileira começar o ciclo de cortes mais cedo. Desde agosto, a Selic já caiu de 13,75% para 12,25%, sempre em termos anuais, e deve recuar mais 0,5 ponto percentual nesta semana.

Mas, ainda que considere positivo o ciclo de cortes, a economista do Banco Mundial defende que é "importante" que o BC siga "cauteloso", por causa das políticas monetária global e fiscal no Brasil.

De acordo com Shireen, o novo arcabouço fiscal tem formato que "tenta ao mesmo tempo garantir investimentos [públicos] e a estabilização da dívida", o que "não é fácil de fazer". Embora considere que as propostas que buscam elevar a arrecadação sejam meritórias por si só e necessárias para que o arcabouço funcione corretamente, ela diz que a ausência de medidas mais concretas para cortar gastos "é um dos pontos fracos" do modelo. Por isso, é essencial que "nos próximos dois, três anos" o debate sobre "contenção de despesas continue na mesa".

De qualquer maneira, ainda é "muito cedo para afirmar se o Brasil vai precisar mudar" a meta de resultado primário do governo federal para o ano que vem.

"A coisa mais importante é a credibilidade. Uma meta de 0,5% do **PIB** a mais ou a menos importa, mas o mais importante é garantir que o arcabouço seja percebido como algo crível e apoiado [pelas medidas fiscais em vigor]", diz. A credibilidade das metas é importante inclusive para todos os anos, e "não só para 2024".

Na avaliação da economista, apesar das dificuldades previstas para 2024, há motivos para ficar "muito animado" com o Brasil no médio prazo. "Se todas as estrelas se alinharem e as reformas certas forem feitas, o país tem uma grande oportunidade de crescer mais e de maneira mais verde, de virar um líder [no crescimento sustentável]", afirma. "O Brasil sabe o que precisa ser feito."

De nacionalidade britânica e somali, Shireen está há 12 anos no Banco Mundial. Antes, trabalhou na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e no Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido.

"O Brasil tem muito espaço para tornar o seu sistema tributário mais progressivo" Shireen Mahdi

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

2024 será 'desafiador' para Brasil, prevê Banco Mundial

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231208/>

# Reforma abre brecha para criação de taxas municipais de vigilância

**Raphael Di Cunto, Beatriz Olivon e Marcelo Ribeiro**

Em vias de ser aprovada na Câmara dos Deputados, a **reforma tributária** permitirá aos municípios e ao Distrito Federal criar novas taxas para expansão da rede elétrica, sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos. O alcance exato dessa proposta gera divergências entre especialistas, assim como seu uso e provável aumento da carga tributária para o contribuinte.

Desde 2002, os municípios são autorizados a instituírem contribuições para custeio da iluminação pública. O preço costuma ser embutido na conta de luz residencial ou comercial. A Câmara incorporou à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma uma recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que permite o uso também para expansão e a melhoria desse serviço. No Senado, o artigo foi ampliado para permitir contribuições para "sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos".

Pós-doutora em direito tributário, a professora da FGV Hadassah Santana afirma que o alcance e usos dessas novas contribuições ainda não estão claros e passaram despercebido por enquanto no debate. Até a quantidade de novas contribuições permitidas, se uma ou quatro, está em aberto. Além disso, por se tratar de contribuição, não há imunidade tributária e serão atingidos hospitais, santas casas, igrejas e serviços públicos.

Ela afirma que os municípios produtores perderão receitas com a tributação no destino, o critério de distribuição quase que exclusivamente populacional e o fim do valor adicionado. "A PEC coloca trava para não aumentar a carga tributária do novo imposto, que tem receita desvinculada, pode ser usado para saúde, educação, segurança e assistência social. Mas permite a criação de uma ou várias contribuições com finalidade específica, sem limite de custo", pontua. "Serão abertos 5 mil editais para compras de câmeras de monitoramento com receita vinculada", alerta.

O uso, valores e forma de custeio das novas contribuições para sistemas de monitoramento de segurança e preservação de logradouros públicos dependerão da lei aprovada em cada município e provavelmente gerarão embates no Judiciário até que

o assunto esteja pacificado. Há dúvidas se a taxa poderá ser usada para pagar salários da guarda municipal ou se terá de ser paga por quem não reside ou possui estabelecimento na região das câmeras.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, uma lei complementar, federal, terá que ser editada depois para explicar esses pontos. "Depois de promulgada a PEC vamos discutir e tentar uniformizar algumas linhas de conduta. Dizer se a alíquota é até tanto, se os serviços podem ser tais e tais", diz. Segundo ele, a nova taxa foi criada para garantir às prefeituras capacidade de investimento na segurança pública diante da cobrança, por parte da sociedade e imprensa, para que assumam responsabilidades nessa área, que é de competência estadual. "Mas não existe almoço grátis. Isso tem custo e alguém tem que pagar", afirma.

Autor de uma das PECs da **reforma tributária**, o deputado Luiz Carlos Haully (Pode-PR) critica essa proposta. "Sou contra todas essas taxas. Se você tem uma forma de arrecadar global, e pode aumentar para todos de forma igual, é melhor do que fazer isso vinculado à conta de luz."

Assessor jurídico da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), Ricardo Almeida questiona a prioridade dada pelo Congresso a sistemas de monitoramento. Ele afirma que o pedido da entidade é por uma fonte de custeio para enterrar redes aéreas, o que ajudaria a diminuir problemas em períodos de chuvas, como a interrupção de serviços. "Colocar monitoramento e segurança é fruto de um lobby de empresas que querem instalar câmeras. É muito bom, mas, sinceramente, não é uma grande prioridade fazer uma contribuição para pendurar câmera em poste", diz.

Apesar de discordar da escolha, Almeida destaca que a ajuda será útil para compensar parte das perdas que as grandes cidades terão com o novo modelo de tributação. "Diante do abalo que os municípios sofreram com a reforma, especialmente médios e grandes, com perda provável de arrecadação no médio e longo prazo, qualquer fonte de financiamento de equipamentos e serviços que sejam de utilidade pública é muito importante", diz.

Mesmo setores potencialmente beneficiados pela nova contribuição apresentam ressalvas. O presidente da Associação dos Guardas Municipais do Brasil (AGM Brasil), Reinaldo Monteiro, diz que a entidade não sabia da proposta e que "não a vê com bons olhos". "Nossa sugestão é garantir o repasse do Fundo Nacional de Segurança Pública diretamente para os municípios. Hoje isso depende de editais e convênios e muitas cidades não conseguem a verba", diz. "Nossa ideia é utilizar recursos já existentes. Agora, criar um novo tributo para o contribuinte, na nossa visão é péssimo", afirma.

Técnicos do Ministério da Fazenda rebatem essas interpretações sobre as múltiplas taxas criadas e afirmam que a PEC apenas amplia as finalidades da taxa já existente para iluminação pública. O texto fala em "contribuição" e não "contribuições", apontam. Essa é também a visão de técnicos da Câmara, que não acreditam que o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), modificará esse ponto da PEC. No entendimento deles, pode haver algum aumento na conta de luz, mas o "cashback" diminuirá o impacto para a baixa renda e a melhoria dos serviços de segurança pública tem apelo entre os parlamentares e a população.

"Serão abertos 5 mil editais para compra de câmeras de monitoramento com receita vinculada" Hadassah Santana

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
Reforma abre brecha para criação de taxas municipais de vigilância

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231208/>

# Dinheiro acaba, e governo tenta recriar taxa do Dpvat

**Raphael Di Cunto e Lu Aiko Otta**

O pagamento da indenização do Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres (Dpvat) para quem sofrer acidentes de trânsito desde 15 de novembro está suspenso por falta de dinheiro e deve virar uma nova dor de cabeça para o governo Lula, tanto pelo aspecto político (o desgaste pela recriação da taxa) quanto financeiro.

Um projeto de lei para reestruturar o Dpvat e retomara cobrança foi enviado pelo governo em outubro e trancará a pauta de plenário da Câmara dos Deputados a partir de sexta-feira, mas a tendência é que o Congresso saia de recesso sem votá-lo e só decida depois de fevereiro, afirmou o relator da proposta, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

"Temos a medida provisória das subvenções, a **reforma tributária**, LOA [Lei Orçamentária Anual], LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias], os vetos presidenciais e apenas duas semanas para o fim do ano. Acho muito difícil aprovar o projeto em dezembro. Provavelmente o seguro vai ficar suspenso por um tempo até conseguirmos restabelecer a cobrança", disse o petista.

Zarattini foi nomeado relator do projeto em 1- de dezembro e protocolou o parecer já no dia seguinte, recomendando a aprovação integral. Mas o assunto ainda não entrou em debate no plenário e ele acredita que deve enfrentar dificuldades quando isso ocorrer, com os lobbies para tornar obrigatória a contratação de seguro privado para veículos e para aumentar o valor das indenizações de R\$ 13,5 mil para R\$ 40 mil (o que encareceria a taxa).

Outra dificuldade é política. O Dpvat já chegou a custar mais de R\$ 100 por carro e o dobro para motos, mas o valor foi reduzindo desde 2016 após investigações contra fraudes e uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). A cobrança foi extinta em 2020, mas os recursos arrecadados até aquela data foram suficientes para bancar as indenizações por mais três anos. Essa "bondade" foi um dos motes da campanha de reeleição do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Agora, porém, essa reserva acabou. Se não houver fonte de financiamento, a política pública de

indenização por danos em casos de morte ou invalidez permanente provocados por acidentes de trânsito será encerrada. Uma fonte do governo diz que caberá à sociedade decidir, por meio do Congresso.

A oposição prevê usar o tema para desgastar o governo. O deputado federal Bibó Nunes (PL-RS) afirmou que votará contra a criação de novas taxas para cus-

"Acabar com esse pagamento foi uma política muito bem aceita. Não vejo porque retomar essa taxa" Bibó Nunes tear o seguro e criticou o PT por "sempre querer aumentar os **impostos** para poder gastar mais". "Acabar com esse pagamento foi uma política muito bem aceita pela população. Não vejo por que retomar essa taxa", disse.

O governo atua para diminuir os danos políticos e redesenhou o seguro. Uma mudança é no modelo de remuneração da gestora do Dpvat. A proposta é que o seguro continue administrado pela Caixa Econômica Federal, que receberá um valor fixo anual. No modelo anterior, extinto em 2020 junto com a Seguradora Líder, um consórcio de seguradoras fazia a gestão e recebia conforme a arrecadação com a taxa e o pagamento de indenizações. As despesas do banco com o serviço equivalem a um terço daquelas registradas no formato anterior.

Outra alteração proposta é o fim da cobertura de despesas de assistência médica e suplementares pelo Dpvat. O Ministério da Fazenda argumenta que esses serviços são prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cuja criação é posterior à do antigo seguro (que existe desde 1974). Essa exclusão, diz a pasta, permitirá cobrar preços menores dos proprietários de automóveis.

Ponto que mais preocupa os motoristas, o valor da futura taxa não consta do projeto e ainda não foi divulgado pelo governo. Isso constará de um ato do Executivo posterior à aprovação do projeto (se isso ocorrer). O Valor solicitou os pareceres técnicos do Executivo via Lei de Acesso à Informação, mas o pedido foi negado sob o argumento de que a regulamentação ainda não está publicada. Segundo Zarattini, o seguro deve custar entre R\$ 50 e R\$ 60 por ano, de acordo com as estimativas do Ministério da Fazenda. Ele não soube informar se haverá

diferenciação entre motos e carros.

A demora em resolver o financiamento do programa já causa um problema de gestão, de acordo com o relator do projeto. Os governos estaduais estão divulgando o calendário de pagamento do IPVA e licenciamento para os primeiros meses de 2024 sem considerar a cobrança de Dpvat. Isso, na opinião de Zarattini, tornará mais difícil cobrar os valores ao longo do próximo ano.

Já prevendo dificuldades em aprovar a proposta ainda em 2023, o governo incluiu no projeto um dispositivo que permite cobrar valores um pouco mais elevados em 2024. Dessa forma, será possível bancar as indenizações que deixarão de ser pagas no período. Por se tratar de um seguro, e não de um imposto, o Dpvat pode voltar a ser cobrado logo após a sanção da lei.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231208/>

# Congresso quer mais emendas e dificulta aumento das receitas (Editorial)

É um erro, e tem sido uma sina, o Congresso deixar para os últimos dias antes do recesso legislativo decisões vitais, como a lei orçamentária e o orçamento da União. Na definição de prioridades nacionais, para onde fluirão os recursos dos contribuintes, está uma das mais importantes funções do Executivo e dos representantes do povo. Mas as relações entre os dois Poderes mudaram, com a perda de poder relativo do Executivo e empoderamento do Congresso, que afeta distribuição dos recursos orçamentários. A pressa na votação pressiona o governo a aceitar barganhas políticas para as quais talvez pudesse oferecer alternativas melhores se tempo houvesse.

Deixar de votar o orçamento no prazo obriga o governo a conter a despesa no exercício seguinte à razão de um doze avos por mês do orçamento anterior, até que o novo seja votado. O arranjo não serve hoje aos interesses do Executivo e do Legislativo, especialmente em um ano em que novos prefeitos serão eleitos e os deputados precisam antecipar o envio de recursos para melhorar as chances dos candidatos de seus partidos até o fim de junho, para não ferir restrições da legislação.

As negociações deste ano são especialmente mais trabalhosas porque o governo quer encontrar um jeito de garantir gastos maiores que as receitas - o que o novo regime fiscal permite - sem que tenha de fazer o esforço de contenção necessário para obter a meta de déficit zero. Essa manobra está cada vez mais difícil de ser executada. O novo regime obriga à postergação de até 25% das despesas obrigatórias para que se tente atingir a meta fiscal, o que exige represamento de até R\$ 56,5 bilhões. Em nome do governo e do ministro Fernando Haddad, o senador Randolfe Rodrigues apresentou uma emenda criativa, vinculando o contingenciamento à garantia de pelo menos 0,6% de expansão das despesas. O truque não prosperou dessa forma. A consultoria da Câmara apontou que isso desvirtuaria as regras, já que o represamento de verbas existe em função do cumprimento da meta, que é seu parâmetro, e não dos gastos. O relator do orçamento, deputado Danilo Jorge (União-CE), rejeitou a emenda.

Entretanto, Forte arranjou outro expediente com o mesmo resultado. Com base em interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabeleceu que não deveria haver "limitação orçamentária e financeira" em

despesas que equivalerão ao 0,6% de crescimento dos gastos que o governo quer preservar-manobra igualmente polêmica. O relator limitou o contingenciamento em 12 áreas, o que tenderá a reduzir o esforço de contenção necessário, como quer o governo.

A principal preocupação do governo é que os gastos do PAC sejam atingidos. Mas há alçapões de todo tipo no relatório. Um deles indica que os recursos das emendas dos deputados, em vez de serem destinados a obras do PAC, possam ser dirigidos ao fundo eleitoral, que o relator aceita elevar até R\$ 4,9 bilhões. O governo reservou para esse fim não mais de R\$ 939 milhões. Serão criadas as emendas de comissão (RP8), para as quais se pretende dotação de R\$ 11 bilhões. Somadas às emendas impositivas (individuais e as de bancada), o Congresso terá sob seu controle R\$ 48,5 bilhões, um recorde.

O governo usa a liberação dos recursos de emendas para angariar apoio a seus projetos no Congresso. O relator, expressando um desejo mais amplo dos parlamentares, inovou e até estabeleceu um cronograma para isso: as emendas devem ser empenhadas, isto é, obter autorização de gastos, até abril. De certa forma, parte da execução orçamentária terá seu ritmo ditado pelo ritmo de liberação de recursos das emendas. Além disso, se contingenciamento houver, pelo relatório de Forte ele não poderá recair integralmente sobre emendas de parlamentares, mas terá de ser repartido salomonicamente entre as emendas e as demais despesas programadas pelo Executivo.

Enquanto tomam mais um pedaço do Orçamento, deputados e senadores dificultam que o governo obtenha as receitas que diz precisar para que tente zerar o déficit público em 2024 e reduzir as chances de um grande contingenciamento. Os projetos do governo para redefinir os juros sobre capital próprio (receita extra de R\$ 10 bilhões) e para cobrar as empresas que se utilizaram do ICMS não para investimento, mas para custeio, e reduzirem com isso o pagamento de **impostos** federais (receita extra de R\$ 35 bilhões), foram diluídas. No último caso, o desconto proposto na cobrança do dinheiro devido subiu de 60% para 80%. Pior ainda, a decisão sobre esses itens ficou para a reta final dos trabalhos do Congresso. Não é pouca coisa: restam ainda na fila

das votações a **reforma tributária**, a mais importante peça econômica do ano, e o exame dos vetos presidenciais a projetos do Congresso.

Votações em massa tornaram-se tradição. As manobras do Planalto, por outro lado, tentam desfigurar o novo regime fiscal antes mesmo de sua estreia, porque o presidente Lula não está disposto a se submeter a estrangimentos orçamentários.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231208/>

# "Estamos a caminho de uma crise de crédito nas companhias abertas"

CONTEÚDO PATROCINADO POR ABRASCA

Um projeto em tramitação na Câmara dos Deputados, enviado pelo Executivo, pode comprometer a saúde financeira das companhias abertas com a extinção dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP). O alerta é do cientista político Pablo Cesário, presidente-executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). Em entrevista ao Valor, ele fala sobre o equívoco dessa proposta destacando que o instrumento tornou as empresas brasileiras mais rentáveis e menos endividadas. "Somos favoráveis a um amplo debate sobre os JCP, cujo fim pode provocar uma crise de crédito, com severos reflexos para a pequena e a média empresa, além de pressão sobre as taxas de juros", afirma.

Por que a extinção da dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio, proposta pelo governo, prejudica as companhias abertas?

O primeiro passo que devemos dar é entender por que esse mecanismo foi criado. Ele foi criado na década de 1990, quando houve o fim da correção monetária. Qual era a grande preocupação? Com o fim da correção monetária, havia o risco de que o crescimento de patrimônio, ao deixar de ser corrigido pela **inflação**, pudesse ser tributado. Então, foi criado um imposto sobre o capital e não sobre renda, cuja distribuição seria dedutível para neutralizar o efeito inflacionário que continuou existindo. E, desde então, sua função tem uma importância que é equalizar o custo de financiamento das companhias. Imagine que somos uma empresa e precisamos nos financiar. A gente pode obter financiamento por meio de terceiros (banco, por exemplo) ou de um dos sócios. Quando pago juros a um banco, isso é registrado como despesa, portanto, não tem incidência de Imposto de Renda. Mas, se for por meio de um sócio, a operação é registrada como distribuição de renda e, logo, tributada. Isso tem um efeito pró-endividamento, de longo prazo. Temos que ver qual o evento sistêmico disso para a economia como um todo.

A capacidade de financiamento das empresas pode ficar mais comprometida com essa mudança?

Nós ainda estamos enfrentando uma crise de crédito no país. Não apenas pela alta taxa de juros, mas também por outros choques relevantes, como o caso

da Americanas e da Light, e o aumento do custo de capital ao redor do mundo. Os recursos disponíveis para financiar atividades produtivas diminuíram. Houve uma redução dramática no volume de empréstimos bancários, além de não termos emissões de capitais há algum tempo. Mesmo empresas altamente capitalizadas estão captando recursos por meio de distressed assets. Essa crise de crédito não está solucionada. Se forcarmos as empresas a diminuir seu capital próprio e tomar empréstimos, o efeito dessa crise tende a se acentuar. E deverá recair, principalmente, em empresas pequenas e médias, gerando uma escassez ainda maior no crédito. Então, o governo quer ter um efeito arrecadatário com o fim dos JCP, mas, se as empresas migrarem para empréstimos, esse efeito será nulo. E essa adaptação das empresas já está ocorrendo. Se pegarmos os últimos dados, apenas a ameaça de que os JCP poderão ser alterados já tem provocado uma revisão da estrutura de capital das empresas, distribuindo os recursos dos sócios e se endividando mais.

O governo justifica a medida dizendo que não há mais evidências de que os JCP contribuam para aumentar os investimentos empresariais. Procede a justificativa? Não se justifica. Essas informações estão baseadas em uma nota emitida pela **Receita Federal**, em 2017, se não me engano, em uma época em que não era possível medir esses efeitos. Já um estudo da FGV, deste ano, mostra que empresas de tamanhos e setores relevantes que usam os JCP são, de fato, mais saudáveis e com capacidade de investimento e menor dependência de dívidas.

Qual a alternativa que a Abrasca sugere em relação aos JCP?

Discutir os JCP, isoladamente, considero um erro. A nossa proposta é que esse mecanismo possa ser melhorado, mas ele precisa ser debatido, ao mesmo tempo, com uma **reforma tributária** da renda. A grande questão é qual alíquota efetiva que as empresas pagam. Não dá para falar de JCP sem falar de tributação de dividendos e alíquotas corporativas. É perfeitamente possível evoluir no funcionamento dos JCP dentro de uma lógica de modernização da tributação da renda. Debater fora desse campo é aumentar a tributação sobre a sociedade. As empresas são repassadoras de preços. Se elas forem mais tributadas, a diferença será repassada às

famílias. Nós estamos completando quase uma década de reformas importantíssimas, como a trabalhista, a previdenciária e a do saneamento. E já têm demonstrado efeitos. Nossa capacidade de crescimento estrutural dobrou. O que queremos é que essa onda reformista continue com a tributação da renda. A grande questão é como nossas empresas competem internacionalmente. Aumentar a tributação delas é torná-las menos competitivas, ou forçar que elas se adaptem, e isso representa endividamento futuro. Criar incentivos para o aumento de produtividade também é fundamental, e extinguir os JCP não é o melhor caminho.

Como está o debate com o Congresso sobre o projeto de lei?

Esse é um tema muito complexo. Temos feito um périplo junto aos congressistas e ao Executivo para tentar demonstrar os efeitos dessa proposta. A proposta inicial do governo era extinguir os JCP, mas uma nova versão foi apresentada com várias restrições, que, na nossa opinião, pouco muda o cenário. Percebemos que nossas considerações estão sendo bem recebidas ao mostrar que as medidas propostas têm efeitos e consequências. Há uma discussão que está em curso na Europa, por exemplo. Vários países têm seus JCP e outras ferramentas, e ainda não foram encontradas alternativas melhores. Porque não é trivial mesmo, possui efeitos sistêmicos.

No próximo dia 12 de dezembro a Abrasca fará, em Brasília, um seminário para debater o tema. O que esperar desse encontro? Vamos ter o autor do estudo da FGV falando sobre suas conclusões sobre os efeitos da medida nas empresas e também vamos falar sobre os diferentes modelos e alternativas que existem ao redor do mundo. Vamos mostrar que os JCP são uma referência para outros países, que evoluem para mecanismos próximos deles. Enxergamos que os juros sobre os capitais deveriam ser mais amplamente utilizados pelas empresas, mostrando seus benefícios econômicos.

É perfeitamente possível evoluir no funcionamento dos JCP dentro de uma lógica de modernização da tributação da renda, Debater fora desse campo é aumentar a tributação sobre a sociedade. As empresas são repassadoras de preços. Se elas forem mais tributadas, a diferença será repassada às famílias.

\*

Entenda o que são os JCP:

Assim como dividendos, os JCP são uma forma de empresas remunerarem seus donos e acionistas com

parte do que geraram de lucro. Os empresários no Brasil podem optar por um ou outro. Com pagamento de dividendos, não há imposto algum. Já com JCP, o investidor paga 15% de Imposto de Renda (IR). Como os juros são considerados um tipo de despesa, pagá-los reduz o lucro final e, com isso, também o IR a ser pago.

\*

O que diz a proposta do governo:

Enviado pelo Poder Executivo, o Projeto de Lei 4.258/23 veda a dedução dos JCP da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Com a proposta, as empresas terão sua carga tributária elevada em relação à atual. O governo alega que não existem evidências de que essa sistemática contribua para aumentar os investimentos empresariais.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231208/>

# Aumento do ritmo de corte da Selic volta ao radar do mercado

**Nathalia Garcia**

A possibilidade de o Banco Central acelerar o ritmo de corte de juros em 2024 voltou ao radar dos economistas com a redução dos riscos externos, o câmbio mais favorável e a perspectiva de queda das projeções de **inflação** para os anos seguintes.

Para o último encontro do ano, na quarta-feira (13), há consenso de que o Copom (Comitê de Política Monetária) fará um novo corte de juros de 0,5 ponto percentual, levando a taxa básica (a Selic) para 11,75% ao ano.

A expectativa é que a decisão venha acompanhada de uma mensagem branda no **comunicado**.

Economistas ouvidos pela Folha estimam que o alívio registrado no ambiente internacional desde a última reunião, em novembro, dê mais conforto para o BC seguir sua estratégia pela quarta reunião consecutiva.

Andrea Damico, economista-chefe da Armor Capital, destaca que os juros dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos, os chamados Treasuries, cederam significativamente e que se consolidou uma visão do comportamento mais benigno da **inflação** global.

Esse cenário colaborou para a apreciação cambial - o dólar encerrou as negociações na sexta-feira (8) cotado a R\$ 4,929, ante R\$ 5 no cenário de referência do Copom na última reunião.

Como a taxa de câmbio impacta diretamente o modelo usado pelo BC, as projeções de **inflação** para 2024 e 2025 devem vir mais baixas. Nos cálculos de Damico, o índice deve recuar em torno de 0,1 e 0,2 ponto percentual. Na última reunião, as estimativas do Copom situavam-se em 3,6% em 2024 e 3,2% em 2025.

Apesar das projeções mais baixas, o ex-diretor do BC Alexandre Schwartzman espera que o Copom ressalte que as estimativas ainda estão acima do centro da meta de **inflação** (3%), justificando a posição de segurar os juros em terreno contracionista - acima do neutro (que não estimula nem desestimula a economia).

Na visão dele, a melhora no câmbio "ajuda, mas não é

a salvação da lavoura".

Entre os "ventos favoráveis", os economistas citam a continuidade do processo de desinflação e a materialização da desaceleração da atividade econômica - ainda que o último dado do **PIB** (Produto Interno Bruto) tenha surpreendido, com crescimento de 0,1%.

Para Daniel Karp, economista sênior do Santander, houve "um conservadorismo um pouco exacerbado por parte do BC na questão do risco global" no encontro passado e um receio prematuro com a situação.

Embora espere que o Copom reconheça a melhora no ambiente externo, ele diz acreditar que o tema ainda será tratado com cautela.

Karp também ressalta que o colegiado do BC poderia ser mais enfático quanto à melhora da **inflação** corrente e classifica como "conservadora" a afirmação de que o processo tem ocorrido conforme o esperado, uma vez que a autoridade monetária vem sendo surpreendida em suas projeções.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) registrou desaceleração a 0,24% em outubro.

Com isso, ficou em 4,82% no acumulado de 12 meses - próxima do teto da meta (4,75%). O dado de novembro será divulgado nesta terça (12), dia da primeira sessão do Copom.

Na próxima reunião, a atenção do mercado estará voltada, sobretudo, à sinalização dos próximos passos.

Desde agosto, quando o colegiado do BC iniciou o ciclo de afrouxamento da política monetária, o Copom tem dito que "os membros do comitê, unanimemente, antevêm redução de mesma magnitude nas próximas reuniões".

Essa indicação corresponde a dois encontros subsequentes. Enquanto uma fatia do mercado financeiro espera a repetição da mensagem, outra parcela prevê um ajuste na comunicação com o

objetivo de antecipar mudanças no plano de voo.

"Uma forma de deixar a porta aberta para aceleração do pace [ritmo], sem criar muitos ruídos, é trocar o plural de 'próximas reuniões' pelo singular. Assim, o mercado entende que [o indicativo] é só para janeiro", diz Damico, que vê possibilidade de um corte de 0,75 ponto porcentual na segunda reunião de 2024, em março.

Já para o economista do Santander, há uma probabilidade pequena de o BC aumentar o ritmo de corte de juros no ano que vem.

"Cada vez que ele [Copom] vai avançando no passo de 0,5 ponto porcentual, mais difícil fica de acelerar [o ritmo de cortes], porque já está mais próximo da taxa [terminal]", diz Karp.

Para mudar seu cenário-base, ele diz que é preciso que se consolide de maneira mais significativa a melhora do ambiente global, que a atividade econômica perca ainda mais força e que as expectativas de **inflação** caminhem em direção às metas perseguidas pelo BC.

Entre os fatores de risco para alta da **inflação**, alguns economistas citam a resiliência do mercado de trabalho. No trimestre até outubro, a taxa de desemprego do Brasil recuou a 7,6% e o contingente da população ocupada com algum tipo de trabalho foi estimado em 100,2 milhões, de acordo com o IBGE.

O professor associado da UnB (Universidade de Brasília) José Luis Oreiro considera que os dados não refletem a realidade do país e fala em "desemprego disfarçado", com trabalhadores subutilizados.

Ele também diz que o último resultado do **PIB** coloca "um pouco de água morna na banheira", mostrando que a economia está perdendo tração.

Para Oreiro, o fraco investimento das empresas em capacidade produtiva e a queda do vigor da indústria de transformação são sinais claros de fraca demanda.

Na visão dele, isso seria suficiente para o colegiado do BC fazer um corte de 0,75 ponto porcentual já no próximo encontro do Copom -cenário que não espera que se concretize.

"Eu gostaria que o Copom acelerasse [o ritmo de corte], não creio que vá. É uma discussão que vai ganhar força no primeiro semestre de 2024, quando vierem os dados do primeiro trimestre, que podem ser de crescimento negativo", diz.

"Até porque não vamos ter a contribuição

extremamente positiva do agronegócio no **PIB** por conta do El Niño [fenômeno climático]", afirma.

Outra divergência entre os economistas se refere ao cenário fiscal. Damico vê avanço na questão, com a tramitação no Congresso da **Reforma Tributária** e aprovação de medidas com potencial de aumentar a arrecadação do país.

Já Schwartzman diz que a incerteza fiscal continua, diante da possibilidade de o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) alterar no ano que vem a meta de déficit zero, mas que o BC "vai se fazer de sonso" para a questão.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/aumento-do-ritmo-de-corte-da-selic-volta-ao-radar-do-mercado.shtml>

# Em semana decisiva no Congresso, Haddad intensifica articulação para aprovar medidas que elevam receita em R\$ 47 bi

**Victoria Abel**

A pauta econômica entra hoje em semana decisiva no Congresso Nacional, a poucos dias do recesso parlamentar, que começa no próximo 22 de dezembro. Estão em jogo até R\$ 47 bilhões em receita, montante com o qual o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está contando para alcançar seu objetivo de zerar o déficit público em 2024.

Não é certo que essa projeção de arrecadação se confirme, mesmo que os projetos sejam aprovados, já que os textos foram desidratados pelos parlamentares. Por isso, Haddad intensificará as negociações no Congresso. Na semana passada, ele não foi à reunião do Mercosul, no Rio, para se dedicar às negociações. Também cancelou a participação num evento hoje, em São Paulo, para ficar em Brasília.

O projeto que pode levar ao maior volume de receita é a medida provisória (MP) que retoma a tributação de empresas que têm benefícios de ICMS para custeio (despesas do dia a dia das companhias).

Originalmente, o texto da MP, embasado em decisão do Superior Tribunal de Justiça, dizia que as subvenções estaduais só poderiam ser abatidas da base de cálculo dos **tributos** federais quando fossem ligadas a investimentos, como compra de máquinas ou ampliação de fábricas, e não a despesas de custeio.

Somente essa medida poderia render R\$ 35 bilhões aos cofres públicos no ano que vem, pelas contas do governo. Mas a Fazenda aceitou flexibilizar o texto para tentar aprová-lo até o fim do ano e vencer resistências de parlamentares, especialmente no Senado.

O mesmo texto também vai incluir mudanças no Juros sobre Capital Próprio (JCP), modalidade de distribuição de lucros de acionistas em grandes empresas. Inicialmente, a expectativa era arrecadar R\$ 10 bilhões com essa mudança, mas o texto vem sendo modificado e a Fazenda ainda não tem uma estimativa de arrecadação precisa.

Outra proposta que está na fila de votação é a taxa

das apostas on-line, as chamadas bets, com a qual seria possível arrecadar inicialmente R\$ 2 bilhões em 2024. O projeto está no plenário do Senado e enfrenta resistência da bancada evangélica e até de senadores governistas.

Como o relator, o senador Angelo Coronel (PSD-BA), fez modificações na proposta, o projeto ainda precisará passar por nova análise na Câmara. O texto traz uma tributação de 12% sobre a renda das empresas e de 15% sobre o prêmio das pessoas físicas. Além disso, foi adicionada a obrigatoriedade de as bets estrangeiras terem ao menos 20% do capital nas mãos de uma empresa brasileira.

No fim de semana, Haddad disse que é uma "luta" aprovar medidas fiscais no Congresso e que o governo não tem base "progressista" na Casa para fazer essa pauta andar.

- O governo vai ter que aprovar meia dúzia de leis, maduras para serem aprovadas, que precisam passar para garantir um orçamento mais consistente - disse ele.

O tempo está apertado. A medida que trata da chamada subvenção do ICMS nem teve o relatório apresentado na comissão especial do Congresso que a analisa, o que deve ocorrer amanhã, e ainda precisa ser aprovada no plenário das duas Casas. A análise da proposta deve ficar para a penúltima semana de dezembro, quando o Congresso também precisará finalizar o Orçamento de 2024.

O maior desafio será no Senado. O líder do MDB na Casa, o senador Eduardo Braga (AM), disse que o governo não tem votos para aprovar a MP, pois MDB, Podemos, PSD e União Brasil não a apoiam.

- Essa MP é muito problemática. No Senado não tem voto. O governo vai ter que lutar até o último minuto, mas é muito difícil aprovar - disse Braga.

O líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA), destacou que associações de empresas protestam contra o fato de o governo querer cobrar imposto sobre investimentos de indústrias que se instalaram

fora dos grandes centros e afirmam que as companhias têm custo elevado com frete. Sugere que seja cobrado imposto sobre a distribuição do lucro a sócios:

- Aprovar aumento de imposto no Congresso não é fácil. Da forma como está não passa, nem mesmo aumentando o desconto de 65% para 80% (no pagamento do tributo que deixou de ser feito nos últimos anos) - disse o senador.

O governo já aceitou aumentar o desconto para o pagamento do estoque de **impostos** que, no entendimento da Fazenda, é devido pelas empresas, como sugeriu Alencar. Mas negocia outros detalhes do texto com deputados - só depois o projeto vai ao Senado.

Líderes que conversaram com o GLOBO sob anonimato afirmaram que o governo precisará fazer um esforço de articulação e pagar emendas parlamentares de anos anteriores. Eles afirmam que existem emendas não pagas dos anos de 2019 a 2022 e que o governo prometeu executar apenas o valor da dívida do ano passado, o que teria irritado parlamentares.

Na Câmara, os governistas estão mais otimistas.

- Vejo como um desafio, diante da quantidade de matérias e complexidade dos temas. Porém, havendo concordância das Casas, acredito que dá tempo para que as matérias sejam apreciadas - disse o líder do Republicanos, Hugo Motta (PB).

O mesmo sentimento é compartilhado pelo líder do PSB, Felipe Carreras (PE).

- Acho que tem chance de a medida provisória (do ICMS) ser votada ainda nesta semana - considera.

A briga de Haddad contra o tempo inclui ainda a **Reforma Tributária**, uma prioridade do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Lira quer finalizar a votação do texto nos próximos dias.

A pauta desta semana no Senado será dominada pelas sabatinas do ministro da Justiça, Flávio Dino, indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF), e de Paulo Gonet, indicado para a Procuradoria-Geral da República. Na quinta-feira, está marcada a sessão conjunta do Congresso para apreciação dos vetos presidenciais. Deputados e senadores também esperam votar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

Das quatro medidas de arrecadação perseguidas por Haddad, somente o projeto de lei sobre a tributação de

fundos offshore (no exterior) e fundos exclusivos (focados na alta renda no Brasil) foi aprovado nas duas Casas até agora. O texto aguarda a sanção presidencial, o que deve ocorrer no começo da semana.

Projeto já foi aprovado na Câmara e está na pauta do Senado desta semana. Mas voltará para análise dos deputados. Governo espera arrecadar R\$ 2 bilhões com taxa sobre apostadores e empresas.

Medida mais vultuosa de Haddad, a MP permite cobrar **impostos** federais mesmo em caso de descontos no ICMS (estadual). Governo espera R\$ 35 bilhões. MP sofre mais resistências no Senado.

Lira promete votar o projeto que unifica **impostos** federais e estaduais sobre o consumo nesta semana. Texto foi aprovado no Senado e voltou para análise dos deputados. Ideia é promulgar a proposta neste ano.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/11/em-semana-decisiva-no-congresso-haddad-intensifica-articulacao-para-aprovar-medidas-que-elevam-receita-em-r-47-bi.ghtml>

# BC se reúne nesta semana e deve reduzir juro para o menor patamar desde março de 2022

O Banco Central deve anunciar nesta semana o quarto corte seguido na taxa básica de juros, a Selic. Conforme expectativa majoritária do mercado e indicação da própria autoridade monetária, a queda será de 0,5 ponto percentual.

Com isso, a Selic vai de 12,25% para 11,75% ao ano, o menor patamar desde março de 2022, quando também estava em 11,75%.

Será a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) no ano de 202. O comitê se reúne a cada 45 para decidir o rumo da taxa básica da economia.

Enquanto neste ano a Selic deve terminar em 11,75%, no ano seguinte, a expectativa de mercado aponta para uma taxa de 9,25%. Os números são do Boletim Focus, divulgado pelo próprio BC.

Governo quer mais

O patamar está longe do desejo do governo. Neste sábado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou que as medidas apresentadas ao Congresso para o ajuste fiscal e correções tributárias, aliadas à promulgação da **Reforma Tributária** sobre o consumo, criam um ambiente para "exigir" o corte da taxa básica de juros.

Sempre que questionado publicamente, Haddad nega cravar um número considerado ideal pela Fazenda, mas dá indicações. Também neste sábado, ele criticou, por exemplo, o fato de a Selic terminar o ano em 11,75%, quando a **inflação** está próxima de 4%.

Na última ata do Copom, que detalha a decisão sobre juro, os oito diretores e o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, anteveem cortes de 0,50 ponto percentual nas próximas reuniões. Eles também avaliam que esse ritmo (é) apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário.

O corte está sinalizado para, pelo menos, duas reuniões à frente. Essa é a interpretação apresentada pelo próprio Campos Neto em palestra nesta última semana.

A taxa básica ficou estacionada em 13,75% de agosto de 2022 a agosto de 2023.

Fatores de risco

O Banco Central continua com a lupa para o cenário inflacionário e as expectativas de **inflação** como risco. As pressões inflacionárias globais e **inflação** de serviços são alguns dos indicadores mensurados com atenção.

Ou seja, a depender do cenário macroeconômico, a autarquia monetária pode acelerar ou diminuir o ritmo de corte da Selic.

Com impulso nos preços alimentos e passagens aéreas, a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) acelerou para 0,33% em novembro, conforme dados do IBGE.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/11/bc-se-reune-nesta-semana-e-deve-reduzir-juro-para-o-menor-patamar-desde-marco-de-2022.ghtml>

# Milei assume, diz que "não há dinheiro" e promete um "choque" na economia

**CAROLINA MARINS**

O libertário Javier Milei tomou posse ontem como presidente da Argentina para um mandato de quatro anos com o desafio de solucionar uma profunda crise econômica e construir alianças para garantir a governabilidade.

Na sua estreia, Milei inovou: não falou aos congressistas após receber a faixa presidencial e discursou do lado de fora, nas escadarias do Congresso.

"Não há dinheiro", disse, antes de afirmar que vai promover "um tratamento de choque" na economia do país. Ele afirmou ainda que "não há espaço para o gradualismo", prometeu "forte ajuste nas contas públicas" e criticou a "herança" do governo anterior, do peronista Alberto Fernández.

O discurso, conhecido até então apenas por seu círculo mais próximo, repetiu jargões de campanha e do pronunciamento de vitória em novembro.

Desta vez, porém, o libertário atacou o antecessor, sem citá-lo. "Muito se fala da herança que vamos receber. Nenhum governo recebeu uma herança pior do que a que nós estamos recebendo." Segundo economistas, Milei receberá uma **inflação** três vezes maior do que os dois governos anteriores. A situação se assemelha apenas a 2001, quando a crise do corralito provocou a fuga do presidente argentino Fernando de La Rúa em um helicóptero da Casa Rosada e o país teve uma sequência de cinco presidentes em 12 dias.

"Não há alternativas ao ajuste e ao choque. Naturalmente, isso terá um impacto negativo no nível de atividade, no emprego, nos salários reais, no número de pobres e de indigentes.

Haverá estagflação, mas não é muito diferente dos últimos 12 anos", disse Milei. "Em curto prazo, a situação vai piorar, mas depois veremos os frutos dos nossos esforços." Como primeiro ato, ele nomeou seu gabinete ministerial e cumpriu a promessa de campanha de cortar ministérios.

Nove ministros foram empossados em uma cerimônia fechada, ante 18 do governo anterior.

Hoje, as primeiras medidas econômicas, com objetivo de "déficit zero", devem ser publicadas.

"CASTA POLÍTICA". Ainda no primeiro pronunciamento como presidente, Milei repetiu expressões de campanha, a exemplo do combate ao que chama de "casta política".

Apesar da retórica, o libertário teve de apelar aos partidos tradicionais, incluindo o próprio peronismo, para formar o governo.

Ontem, por exemplo, escolheu o ex-presidente Mauricio Macri como o primeiro a ser cumprimentado após receber a faixa presidencial. Macri é o principal aliado de Milei na busca pela governabilidade. Outra aliada é sua ex-adversária na eleição presidencial, a nova ministra da Segurança, Patricia Bullrich. As novas alianças provocaram irritação dentro do partido do novo presidente, o A Liberdade Avança.

POSSE. Milei entrou no prédio do Congresso pouco antes do meio-dia. Ali, assinou o livro de juramento com seu bordão, "Viva la libertad, carajo!", que repetiu ao menos cinco vezes durante o dia - três vezes no fim de seu discurso na escadaria do Congresso. Ele estava com sua irmã no posto de "primeira-dama". Na porta, foi recebido por sua vice-presidente, Victoria Villarruel. Eles foram guiados por Cristina Kirchner, vice de Fernández e presidente do Senado, e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Martín Menem (filho do ex-presidente Carlos Menem).

Quando Macri assumiu a Casa Rosada, em dezembro de 2015, Cristina se recusou a passar a faixa presidencial. Desta vez, tanto ela quanto Fernández - que chegou ao poder por indicação dela - cumpriram o protocolo. Já com a faixa, Milei partiu para a Casa Rosada, onde líderes internacionais esperavam para cumprimentar o novo presidente argentino.

Recado ao peronismo

Em seu primeiro discurso, presidente argentino critica "herança" deixada por Alberto Fernández

Site: <https://digital.estadao.com.br>

# Surpresas positivas no PIB não decorrem de reformas (Artigo)

**Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda**

Nos governos **Temer** e Bolsonaro foram aprovadas algumas medidas estruturantes para a economia brasileira, com destaque para as reformas da Previdência e a trabalhista, o Marco Legal do Saneamento e a autonomia administrativa do Banco Central.

Nos últimos quatro anos os economistas vêm subestimando o crescimento do **PIB** de forma sistemática e expressiva. Alguns atribuem isso a não consideração nas projeções dos efeitos positivos dessas reformas, o que não me parece correto. Reformas afetam a capacidade de crescimento a médio e longo prazo, na medida em que elevam o **PIB** potencial, não necessariamente o observado. Todas as estimativas de evolução do **PIB** potencial que consultei, elaboradas por economistas e instituições de pesquisa de alta qualificação técnica, mostram crescimento pífio da capacidade de crescimento da economia brasileira desde o primeiro trimestre de 2015 até o segundo trimestre de 2023. As exceções foram alguns poucos trimestres de recuperação após o fundo do poço atingido no início da pandemia.

Será que a melhora de expectativas, decorrente da aprovação das reformas, não teria antecipado seus efeitos sobre o crescimento?

Se levarmos em conta as pesquisas de confiança de empresários e consumidores, bem como projeções da tendência de crescimento a médio prazo do Brasil feitas anualmente pelo FMI, a resposta é não.

Além do mais, as estimativas que mencionei mostram também que a economia brasileira operou com ociosidade na utilização de seus recursos produtivos (em economês, hiato do produto negativo), desde o segundo trimestre de 2015 até o quarto trimestre de 2022. Assim, a pífia recuperação observada nos três anos que se seguiram à recessão do período Dilma parece ser decorrente mais de escassez de demanda do que de entraves estruturais. Isso porque a consolidação fiscal do governo **Temer** somou-se à política monetária restritiva praticada em 2017-2018.

O Banco Central intensificou a redução da taxa básica de juro em 2019 e 2020. Mesmo antes da pandemia, a Selic já estava em 4,25% ao ano, tendo chegado a 2%, em agosto de 2020. Do lado fiscal, as medidas de suporte às famílias e às empresas, quando a covid já era uma realidade, reforçaram ainda mais a recuperação da demanda agregada.

As demais "surpresas" parecem facilmente explicáveis pelos efeitos diretos e indiretos do espetacular crescimento da renda gerada nos setores agropecuário e de petróleo, desde 2021 até agora. Segundo estimativas do meu colega de consultoria Bráulio Borges, a renda desses segmentos atualmente é mais que o dobro, em termos reais, da observada durante o superciclo de commodities de 1999 a 2011.

No entanto, continuar crescendo apenas com estímulos de demanda será mais difícil. A baixa taxa de desocupação da mão de obra e outros indicadores sugerem que a economia brasileira já opera em pleno emprego.

Claudio Adilson Gonzalez, Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# "É preciso dar um pouco mais de realismo ao discurso fiscal"

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

ENTREVISTA: Manoel Pires, Ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e hoje coordenador do Observatório Fiscal do Ibre FGV

O coordenador do observatório fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Manoel Pires, vê excesso de otimismo e recomenda mais realismo fiscal à equipe econômica do governo Lula para não gerar frustração. "É preciso dar um pouco mais de realismo ao discurso fiscal para não transformar vitórias que o governo tem colecionado em derrotas", disse ele ao Estadão.

Pires, que já ocupou a cadeira de secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, alerta que o time do ministro Fernando Haddad precisará apresentar uma agenda econômica para resolver os problemas de curto prazo, dentro do ciclo do governo Lula, para ajudar a proteger o arcabouço fiscal, e evitar pressões sobre as contas públicas num cenário de desaceleração do crescimento.

Ele vê risco de o novo arcabouço ficar parecido com o extinto teto de gastos do governo **Temer**. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O governo diz que vai aprovar o pacote tributário no Congresso e quer cumprir a meta fiscal, mas o resultado das contas públicas piorou.

A desconfiança aumentou?

Existe um discurso muito otimista na questão fiscal. Estamos vendo o resultado deste ano piorando muito. Em parte, tem um trabalho que é limpar o que ficou do governo passado.

Uma notícia boa é a decisão do STF permitindo a regularização do pagamento dos precatórios.

O primeiro ponto que ressaltado é o da busca de credibilidade dos números, da transparência da estratégia e de não se alavancar demais no discurso fiscal para não gerar frustração. O governo tem apresentado medidas, estão sendo aprovadas, mas tudo indica que vão gerar um resultado menor do que o previsto. O fato de se ter muito otimismo em relação a essas medidas está levando à definição de metas

fiscais que estão se mostrando muito difíceis de serem cumpridas.

É preciso dar um pouco mais de realismo ao discurso fiscal para não transformar vitórias que o governo tem colecionado em derrotas, como na discussão da meta fiscal.

O governo tem insistido em medidas só do lado das receitas e segue sem apostar em redução das despesas.

Qual sua avaliação?

Esse é o meu segundo ponto.

Não dá para fazer um ajuste fiscal só olhando para tributação.

As medidas são meritórias, mas existem problemas no Orçamento que já estão presentes para o ano e que precisam de tratamento.

O governo fez um esforço gigante para mudar a regra fiscal.

A mudança na regra de despesa (o arcabouço fiscal) permitiu um aumento do gasto em R\$ 35 bilhões, além da PEC da Transição.

Só o crescimento da saúde consumirá R\$ 50 bilhões, mais do que todo aumento que a mudança da regra permitiu. Não dá para não discutir esse assunto.

Temos várias vinculações que acabam entrando em conflito com a regra e que, no contexto do ajuste de receitas, trazem um problema. À medida que as receitas crescem, essas despesas vinculadas vão crescer também. Essa não é, necessariamente, a melhor alocação de recursos para o Orçamento público.

O ministro Haddad conseguiu manter a meta de zerar o déficit, mas quer contingenciar menos. Como vê esse ponto dentro da defesa de maior realismo fiscal?

Ele conseguiu o meio termo, que na verdade abre espaço para contingenciar menos. Em vez de contingenciar R\$ 53 bilhões, vai bloquear R\$ 25 bilhões a partir da interpretação de que o aumento do

gasto não pode ficar abaixo de 0,6% (de um ano para o outro, acima da inflação).

O que acha dessa interpretação?

Essa não é o entendimento que eu tenho do arcabouço e que eu acho que ninguém tem. O Orçamento tem várias etapas, da elaboração à execução. Na etapa de elaboração é que esses limites deveriam ser observados e na execução deve-se buscar a meta, obedecendo o limite do contingenciamento (bloqueio preventivo de despesas). Mas essa é uma questão que aparentemente será levada para uma avaliação jurídica. Temos que aguardar o desfecho. Acho que Haddad conseguiu, com essa interpretação, um meio termo que se tornou palatável para a política. Seria muito difícil o viabilizar para o ano inteiro um corte de R\$ 53 bilhões.

Mas qual a consequência?

A principal consequência é que, no final das contas, se o planejamento de metas fiscais for mantido para os próximos anos, poderemos ter algo muito parecido com o teto de gastos.

Por quê?

Como as metas dos anos seguintes são ainda mais arrojadas, essa situação de contingenciamento tende a se repetir todo ano, pois ficará cada vez mais difícil conseguir cumprir as metas em condições normais. Então, não é difícil imaginar uma situação na qual o governo, durante a execução orçamentária, contingencie o Orçamento de modo que o gasto bata no limite inferior da regra e cresça apenas 0,6% nos próximos anos. Isso não é muito diferente do teto de gastos. Assim, essa interpretação tem uma consequência para a política fiscal do governo Lula durante todo o seu mandato. Não acredito que era esse o resultado que se tinha em mente.

"O governo tem apresentado medidas, mas tudo indica que vão gerar um resultado menor do que o previsto"

"As medidas são meritórias, mas existem problemas no Orçamento que precisam de tratamento"

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# PT conclui texto com críticas ao ajuste fiscal de Haddad

*Murillo Camarotto e Marcello Corrêa*

O PT deve concluir nesta segunda-feira a votação de uma resolução com críticas à política de ajuste das contas públicas defendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O documento, cujo texto-base foi apresentado internamente em evento preparatório para as eleições de 2024 no fim de semana, afirma que o Brasil precisa "se libertar" do "austericídio fiscal" e da independência do Banco Central. Haddad rebateu a tese em debate com a presidente do partido, Gleisi Hoffmann.

O texto ainda pode ser alterado até o fim do processo de votação. A versão que circulou nos últimos dias foi proposta pela corrente majoritária do PT, Construindo um Novo Brasil. No sábado, Gleisi defendeu que a menção à política fiscal seja mantida.

"Não faz nenhum sentido, neste cenário, a pressão por arrocho fiscal exercida pelo comando do BC, rentistas e seus porta-vozes na mídia e no mercado. O Brasil precisa se libertar, urgentemente, da ditadura do BC "independente" e do austericídio fiscal, ou não teremos como responder às necessidades do país", diz trecho da resolução.

O manifesto resume as divergências dentro do partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação à agenda econômica. Nos últimos meses, Gleisi e Haddad divergiram sobre qual meta de resultado primário deve ser perseguida pelo governo no ano que vem. Enquanto o ministro defende que o objetivo deva ser zero, Gleisi propõe que o limite seja flexibilizado.

No sábado, os dois estiveram lado a lado em debate na conferência do PT. Em sua fala, Gleisi disse que o partido disputou as eleições do ano passado com discurso de expansionismo fiscal, ou seja, de mais gastos. De acordo com ela, o país tem espaço para aumentar o endividamento para investimentos em políticas públicas.

Segundo a dirigente, o partido tentou, inclusive, tirar o debate sobre meta fiscal da campanha. "A política monetária não está na nossa mão, mas a política fiscal está", disse ela em relação à autonomia do Banco Central.

Haddad respondeu dizendo que crescimento

econômico não tem relação direta com déficit ou superávit nas contas públicas. Ele destacou que, durante os dois primeiros governos de Lula, o Brasil registrou superávit primário de 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e a economia cresceu 4%.

"Não é verdade que déficit faz crescer. De dez anos para cá, a gente teve R\$ 1,7 trilhão de déficit e a economia não cresceu. Então, não existe essa correspondência. Não é assim que funciona a economia", afirmou o ministro.

Após o encontro, Gleisi disse a jornalistas que mantém as divergências com o ministro e que o exemplo usado por Haddad para defender que é possível crescer fazendo superávit primário ocorreu em outro contexto.

"Era uma outra realidade. Não tínhamos as reservas internacionais e mesmo com superávit foi um governo que investiu muito mais do que o cio Fernando Henrique [que antecedeu Lula]", pontuou ela.

Haddad destacou ainda que a política fiscal do governo não é baseada em arrocho, mas sim em revisão de subsídios. E afirmou que, sem a revisão de gastos tributários, será difícil "colocar o pobre no Orçamento", uma promessa de campanha de Lula. "Uma coisa é você cortar o déficit cortando do pobre. Outra coisa é você controlar o déficit fazendo quem não paga imposto pagar", defendeu o ministro no evento.

A respeito do BC, Haddad disse ainda que a política monetária tem "muito mais gordura" do que a política fiscal neste momento.

"Com dólares e **inflação** em queda, qual a justificativa para não baixar [os juros]?", indagou o ministro da Fazenda, que espera um novo corte na Selic na próxima quarta-feira, para 11,75% ao ano.

As discussões ocorreram em um momento em que integrantes do partido destacaram a importância das eleições municipais para o governo do presidente Lula.

"Não podemos correr risco", disse Gleisi em referência à possibilidade de fortalecimento da direita no Congresso. "Se a popularidade do presidente Lula cai um pouquinho, já sabemos o que podem fazer", disse ela, ao defender um projeto de poder de "pelo menos

20 anos" para o PT.

O líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), reforçou a defesa de que o caminho para esse projeto deva envolver o aumento de gastos.

"Se tiver que fazer déficit, nós vamos ter que fazer, porque senão a gente não ganha a eleição em 2024", disse o deputado, ao comentar a estratégia de atender ao pleito de municípios no ano que vem.

Os planos do PT para o pleito do ano que vem têm como pano de fundo a expectativa no partido de que a disputa seja novamente polarizada entre Lula e o ex-presidente Jair Bolsonaro. Além do debate econômico, a estratégia passa por estreitar laços com setores resistentes à sigla. Na sexta-feira, ao abrir o evento, Lula frisou esse diagnóstico e pediu que o partido dialogue mais com setores mais conservadores, como evangélicos e o agronegócio.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231208/>

# Próximos passos do Copom para Selic dividem mercado

**Gabriel Roca e Víctor Rezende De São Paulo**

Com as expectativas dos participantes do mercado totalmente ancoradas em torno de uma redução de 0,5 ponto percentual na taxa básica de juros na quarta-feira, a comunicação do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central é o principal ponto de divergência entre os agentes. A manutenção da indicação de cortes, no plural, de igual magnitude é defendida por uma ala do mercado, enquanto alguns acreditam que o Copom pode se desamarrar da sinalização futura para ganhar alguns graus de liberdade.

É consensual, no entanto, a percepção de que o Copom reiterar que é necessário perseverar numa política monetária contracionista. Esse fator se reflete nas projeções dos agentes para a Selic no fim do atual ciclo de flexibilização, em 2024. A mediana das estimativas das 141 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor aponta para uma taxa de 9,25% ao ano no próximo ano, um nível ainda restritivo. Cabe notar, porém, que há uma divisão no mercado e boa parte dos analistas vê o juro em 9,5% ou mais no fim do ciclo.

O cenário base defendido pelo Bank of America hoje inclui uma Selic de 9,5% no próximo ano, mas o chefe de economia para Brasil e de estratégia para América Latina do banco, David Beker, vê riscos de baixa nessa projeção e avalia que a gestão monetária dependerá, em particular, do comportamento dos Treasuries, os títulos do Tesouro americano, e do Federal Reserve (Fed) e de uma maior definição da questão fiscal brasileira.

"Ainda é cedo para qualquer mudança [na projeção de 9,5%], porque vamos monitorar tanto a questão fiscal quanto os Treasuries, mas o risco é de um número menor", afirma. Beker, inclusive, não vê, neste momento, discussões sobre uma possível aceleração no ritmo de cortes na Selic e classifica a velocidade atual, com reduções de 0,5 ponto percentual por reunião, como boa. "É um bom ritmo para o BC conseguir observar a evolução do cenário. Não vemos aceleração." O bom comportamento da **inflação** de serviços e a melhora do cenário externo levaram o mercado a voltar a especular sobre a possibilidade de um ritmo mais forte de redução dos juros. Esse movimento ganhou força em 30 de novembro, após

declarações do diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, ser lidas como mais "dovish" (suaves).

O dirigente afirmou, em evento do J.P. Morgan, que o BC tem tentado não se emocionar com os dados de alta frequência e ressaltou que a orientação futura emitida pela autoridade monetária levou o debate no mercado a se concentrar no nível dos juros ao fim do ciclo, e não no ritmo de flexibilização. Além disso, Galípolo disse ter sentido, em conversas privadas com agentes de mercado, alguma pressão adicional para um ritmo mais ágil de cortes na Selic.

"Se tivéssemos uma **inflação** benigna, o câmbio apreciando e uma atividade fraca, a chance de uma discussão sobre acelerar seria maior, mas acredito que o **PIB** do terceiro trimestre, que foi mais forte que o esperado, reduz a chance sobre esse debate existir", diz Beker, do BofA. "Pode acontecer no futuro. Mas, no curto prazo, o **PIB** deixou isso mais complicado." Nesse sentido, Beker diz esperar mudanças apenas marginais no **comunicado** do Copom desta semana. O executivo nota que, desde a reunião de novembro, houve a aprovação de medidas tributárias na parte fiscal e a postergação ou o adiamento do risco de mudança da meta de resultado primário de 2024, o que até trouxe um conjunto mais benigno de informações no curto prazo. Além disso, a **inflação** corrente continua tranquila e o cenário externo melhorou. Por outro lado, a atividade econômica continuou a surpreender, embora tenha desacelerado.

A avaliação do BofA guarda semelhanças com a expectativa do economista-chefe da Asset 1, Luis Fernando Cezario, que espera a manutenção de uma orientação futura pelo BC que abarque a manutenção do ritmo de cortes de 0,5 ponto para as próximas reuniões- com ênfase para o uso do plural.

"Se fôssemos olhar a forma como o Copom está analisando a conjuntura, a **inflação** corrente mais baixa, os núcleos comportados e os sinais de enfraquecimento da economia, até caberia a possibilidade de se discutir a aceleração do ritmo. Mas o colegiado ainda deve se mostrar cauteloso com o cenário externo. É verdade que ele também deu uma melhora, mas tem se mostrado muito volátil e o BC provavelmente não vai reconhecer essa melhora como definitiva", afirma Cezario.

O economista ainda cita como motivos que devem afastar a discussão sobre a aceleração no ritmo de cortes as incertezas relacionadas à política fiscal e a própria desancoragem das expectativas de **inflação**. "Apesar do diagnóstico de que o BC tem pouco a fazer nesse sentido, simplesmente ignorar esses fatores pode ser pior, ao gerar um movimento de elevação adicional das expectativas. Tudo isso entra nas considerações, e deve fazer com que optem por manter o ritmo de 0,5 ponto", diz.

Na pesquisa conduzida pelo Valor, as alterações nas expectativas de **inflação** do mercado foram apenas marginais, com a mediana das projeções para o IPCA deste ano caindo de 4,61% em novembro para 4,50% agora. No entanto, o ponto médio das estimativas para a **inflação** de 2024 se manteve inalterado em 3,90%. A Pesquisa Focus indica que a mediana das projeções para o IPCA de 2025 continua parada em 3,50%.

Na avaliação de Cezario, caso o Copom opte por retirar o uso do plural ao sinalizar que o ritmo de cortes é apropriado para "as próximas reuniões", o cenário mais provável seria o mercado começar a discutir uma aceleração do ritmo. "Se eles colocarem no singular, acho que o mercado entende que a assimetria está para o corte de 0,75 ponto e que o BC vai acelerar", projeta o economista da Asset 1.

A economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Natalie Victal, vê com bons olhos uma mudança na prescrição futura da política monetária pelo Copom e acredita que um movimento neste momento seria adequado para que a colegiado ganhe "graus de liberdade" ao manejar a Selic à frente.

"A comunicação anterior me parece velha. Claro que o BC não pode ser muito volátil, mas há uma melhora clara de cenário e a comunicação precisa refletir isso", enfatiza. Para ela, o colegiado pode "tirar um pouco a tinta" da questão internacional e tentar ganhar graus de liberdade, ao tirar o plural da orientação futura sobre as próximas reuniões. "Dada a melhora de cenário, o Copom pode fazer um "guidance" somente para a próxima reunião." Na avaliação de Victal, mais importante do que uma orientação futura no plural ou no singular é o Copom mostrar que é a evolução dos dados que vai definir o ritmo de cortes na Selic. Nesse sentido, alterar a prescrição futura, neste momento, fortaleceria a dependência dos dados em detrimento do próprio "forward guidance" (projeções). "A mercado, isso pode ser lido como um cenário em que a barra para acelerar o ritmo não é tão alta, mas faz parte do jogo. Quando eu penso no cenário de hoje, a distribuição de probabilidades mudou e, por isso, acredito que a comunicação não deveria ficar estável." A economista argumenta, ainda, que ganhar graus de

liberdade nesta reunião pode ser interessante, especialmente ao se olhar para a composição futura do colegiado. "A mensagem institucional ficaria mais forte, já que viria antes da nova composição. Se isso acontecer em janeiro, o BC corre o risco de que a leitura do mercado seja de que a comunicação só mudou porque a composição da diretoria mudou", alerta Victal, ao lembrar que os mandatos dos diretores Maurício Moura e Fernanda Guardado terminam no fim deste ano.

Em seu cenário-base, a SulAmérica não trabalha com aceleração no ritmo de cortes e projeta a Selic em 9% no fim do ciclo, em 2024.

O economista-chefe do banco ABC Brasil, Daniel Xavier, porém, reitera que, até o momento, a comunicação dos dirigentes do BC ainda aponta para a manutenção da orientação futura do colegiado, ainda de forma unânime. "As falas dos dirigentes do BC apontaram isso com certa clareza. Vemos a continuidade do ritmo de cortes até meados do ano que vem, com um ajuste de 0,25 ponto em setembro, que deve levar a Selic a 9%." Para Xavier, os discursos de membros do colegiado indicam que eles parecem bastante confortáveis com a manutenção do ritmo de 0,50 ponto nas reduções da taxa de juros. "Eles devem continuar sinalizando que o ritmo vai ser utilizado até alcançar a taxa terminal, que será dependente dos dados. Ela vai depender em que patamar o IPCA vai estacionar", conclui. O cenário do ABC Brasil indica uma **inflação** que termina este ano em 4,5% e que vai a 4,2% em 2024.

"A **inflação** não está completamente ancorada, mas está desacelerando e é compatível com uma ancoragem parcial em 2025. São desenvolvimentos para o lado mais "dovish" [suave] e devem manter o ambiente favorável à continuidade da flexibilização", afirma.

Vale apontar, de acordo com Xavier, que, no último **comunicado**, o colegiado ainda se mostrava **incomodado** com o ritmo da desinflação, tanto do IPCA cheio quanto das medidas subjacentes. "O que tivemos, de lá para cá, foi o IPCA cheio e os núcleos mais alinhados à meta inflacionária. Nessa rubrica, os indicadores de **inflação** corrente também melhoraram", diz.

"A distribuição de probabilidades hoje mudou e, por isso, a comunicação do Copom não deveria ficar estável" Natalie Victal

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187736>